

NESTA EDIÇÃO

Saúde sem fronteiras

As concepções divergentes dos sistemas dos Brics

Entrevista: Deborah Malta

'Enfrentamento das doenças crônicas é intersetorial'

RADIS
comunicação e saúde

DESDE 1982

Nº 112 • Dezembro de 2011

Av. Brasil, 4.036/515, Manguinhos
Rio de Janeiro, RJ • 21040-361

www.ensp.fiocruz.br/radis



Mala Direta Postal

9912233515/2009-DR/RJ
FIOCRUZ

...CORREIOS...



Nova chance ao desenvolvimento sustentável

Rio+20 renova esperanças de compromisso entre países, mas é preciso mudar formas de viver e produzir

Radarm jornalístico para a Rio+20

Seminários buscam preparar profissionais da mídia e qualificar a cobertura do evento

Adriano De Lavor

Para garantir uma cobertura de qualidade da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e aproximar por meio da mídia o tema da sustentabilidade ambiental do dia a dia dos cidadãos, está em curso um projeto de preparação de profissionais de imprensa para o evento. Uma iniciativa das jornalistas Adriana Ramos Inês Zanchetta, do Instituto Socioambiental (ISA), em parceria com o Instituto Vitae Civilis – Cidadania e Sustentabilidade e o Centro de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVCes), com o apoio da Fundação Ford, já resultou na realização de dois eventos.

Em agosto e setembro de 2011, seminários em São Paulo e Brasília abordaram dois dos temas da conferência – economia verde e governança. Nos encontros, dos quais participaram profissionais da mídia comercial, os jornalistas também tiveram a oportunidade de fazer um resgate histórico dos grandes eventos ambientais.

A proposta é ampliar a discussão sobre os temas ambientais, permitindo que se estabeleçam relações entre as questões propostas na conferência e outros temas da atualidade.

FORMAÇÃO DEFICIENTE

Até 2012, ainda estão previstos a realização de um terceiro seminário e o lançamento da publicação *Radarm Rio+20*, que trará um apanhado geral sobre a economia verde e suas polêmicas (ver matéria a partir da pág. 11), além de informações úteis para que repórteres e editores se aproximem mais das temáticas a serem discutidas no Rio de Janeiro.

Adriana diz ter percebido, a partir dos seminários, que entre os jornalistas há aqueles que conhecem a temática

ambiental – principalmente os que atuam em editorias especializadas –, mas também os que não dominam o assunto ou não encontram ligação entre as questões do meio ambiente e a cobertura política ou econômica. “Isso se dá pela própria dinâmica das redações”, acrescenta, referindo-se ao fato de se exigir que o repórter faça matérias em todas as áreas e não se oferecer nem condições de trabalho, nem tempo hábil para que ele se prepare e realize uma cobertura mais aprofundada.

Adriana observa, ainda, que a formação profissional em geral – não só a jornalística – não dá o devido peso à questão ambiental. “Não só jornalistas, mas também outros profissionais se formaram achando que meio ambiente é um detalhe, fora do dia a dia e dos seus interesses”.

Para ela, o papel do jornalista é fundamental: “Ele deve traduzir para a sociedade brasileira a implicação para o país dos debates realizados na conferência”. Ela lembra que o Brasil é visto como grande potência ambiental, capaz de promover o desenvolvimento mais limpo, mais sustentável, e dono de grande diversidade de grupos sociais. Mesmo assim, muitos desses temas se tornam invisíveis para boa parte da população.

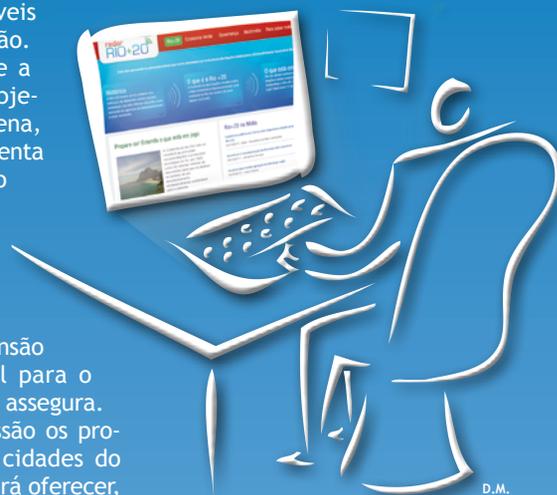
A expectativa de que a Rio+20 traga resultados objetivos e concretos é pequena, observa Adriana, e isso aumenta a importância do papel do jornalista na conscientização da sociedade sobre a relevância da discussão. “Precisamos chamar a atenção da população de que a dimensão ambiental é fundamental para o desenvolvimento do país”, assegura.

Para incluir na discussão os profissionais que atuam nas cidades do interior do país, o projeto irá oferecer,

durante a conferência, pelo hot site www.radarrio20.org.br, textos e spots radiofônicos que poderão ser reproduzidas por veículos de comunicação de todo o país. A ideia é alcançar jornalistas também do interior, por meio desse material jornalístico. Adriana estima que o material irá atingir milhares de pessoas. Para isso, foi providenciada uma listagem abrangente das empresas de comunicação do país e estabelecidas parcerias com emissoras de rádio. “Queremos contornar a dificuldade que os veículos têm em estar presentes a eventos desse porte e que acontecem na região Sudeste”. R

Acesse

- ♦ Hot site para jornalistas www.radarrio20.org.br
- ♦ Instituto Socioambiental www.socioambiental.org
- ♦ Instituto Vitae Civilis www.vitae.org.br/
- ♦ GVCes www.ces.fgvsp.br



Avante, sem ilusões!

Com todo respeito aos otimistas, estamos longe de dar exemplo de desenvolvimento sustentável, como faz crer o texto oficial do Brasil entregue às Nações Unidas, em novembro, em contribuição ao documento final da Rio+20, a ser realizada aqui, em junho de 2012.

O texto (disponível no site do RADIS) tem méritos e qualidades, mas, para harmonizar interesses, abre brechas demais. Não põe em questão agronegócio e pecuária extensiva, baseados no latifúndio, desmatamento, monocultura e trabalho indigno. Refere-se a trabalho "decente" e empregos "adequados", contornando substantivos como salário e direitos, e, em quase 40 páginas, não cita uma única vez a palavra agrotóxico. Nada sobre o novo Código Florestal. Reforma Agrária, nem se esperava mesmo.

O documento qualifica a "economia verde" com adjetivos como "inclusiva" ou no "contexto do desenvolvimento sustentável", sem avaliar que não serão documentos e siglas como "ODS" para designar "objetivos do desenvolvimento sustentável" que obterão hegemonia na produção do sentido, mas a mídia, o mercado, o capital. Algo como aconteceu com a expressão "sustentável", defendida na Rio 92, que rapidamente foi engolida pelos conceitos de desenvolvimento "sustentado" — algo que não deve parar de crescer.

O texto soa pouco sustentável quando defende "expansão econômica" com "acesso ao consumo das camadas desfavorecidas". Quer combater desperdício e reaproveitar recursos, mas não propõe redução do uso e do consumo. Gastar menos os recursos, para continuar preservando e dispondo de mais.

Ao falar de saúde, não menciona seus determinantes sociais nem defende adoção de sistemas universalizados. Em educação, fala de tecnologias de comunicação para educação a distância e não de diálogo entre conhecimentos. Para haver participação social, lembra do acesso a informações, mas não ousa defender democratização e direito à comunicação.

Essa é a visão oficial que vai nos apresentar no encontro dos chefes de Estado no Riocentro. Disputarão espaço posturas ainda mais conservadoras dos países poluentes e nações que não querem abrir mão de vida confortável e luxuosa. Fora dali, outros debates acontecerão. Gente envolvida com os estudos e a militância por um outro tipo de desenvolvimento, que una economia ao social e ao ambiental. Nossa matéria de capa fala dessas duas arenas e ouve especialistas em ambiente e saúde ambiental, antecipando as melhores perspectivas de reflexão, proposição de mudanças e mobilização.

As autoridades brasileiras bem que poderiam provar suas intenções e destinar, por exemplo, a maior parte dos recursos decorrentes do Pré-Sal para desenvolver alternativas de energia realmente limpas e renováveis e torná-las acessíveis. Talvez assim, sem ilusões, como quer o artigo que encerra esta edição, até os cidadãos que ainda não acordaram para as questões socioambientais entenderiam a senha para a imensa transformação produtiva, cultural e de consumo necessária à reversão do atual modelo hegemônico no país, rumo a um futuro sustentável e, portanto, saudável.

Rogério Lannes Rocha
Coordenador do Programa RADIS

CARTUM



*Doenças crônicas não transmissíveis.

Comunicação e Saúde

♦ Radar jornalístico para a Rio+20 2

Editorial

♦ Avante, sem ilusões! 3

Cartum

3

Cartas

4



Súmula 5

Radis adverte 6

Toques da Redação 7

Saúde sem fronteiras

♦ Brics, os países da vez 8



Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável

♦ O desafio do compromisso político entre as nações 11
♦ Pela vitória das forças da mudança 16
♦ Uma luta que atravessa as décadas 18

Entrevista

♦ Deborah Carvalho Malta: 'Enfrentamento das doenças crônicas é intersetorial' 20

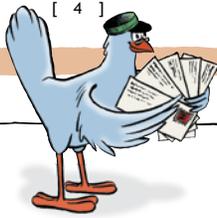
Serviço 22



Pós-Tudo
♦ A ilusão de uma economia verde 23

Capa Dayane Martins, a partir da logo da Rio+20

Ilustrações Dayane Martins (D.M.), Natália Calzavara (N.C.) e Sérgio Eduardo de Oliveira (S.E.O.)



CARTAS

ACADEMIA É PROMOÇÃO

Sou sanitária, militante e atuante nas transformações do sistema público de saúde que aclamamos há tanto tempo. Costumo ver muitas notícias ruins, mas são as notícias positivas que me fazem acreditar que é possível. A *Radis* de setembro, como sempre, me trouxe mais fôlego, com suas informações preciosas sobre o que anda acontecendo. A matéria sobre a Academia da Saúde me arrepiou, mostrou que a gente está cada vez mais vendo a saúde como algo a ser promovido e não só recuperado. Parabéns aos profissionais pela inovação, ao MS pelo reconhecimento e à *Radis* por fazer essas experiências percorrerem o Brasil e alcançar corações como o meu!

♦ Desirée dos Santos, Porto Alegre, RS



Parabéns à *Radis* pela correta matéria sobre a inserção e atuação do profissional de Educação Física no contexto da atenção primária. Sabemos que temos muito a avançar, inclusive porque ainda predominam em nossos cursos de Educação Física uma lógica clínica, biológica e individualista de saúde. Apesar disso, estamos avançando! Esperamos contribuir, como citava o personagem Galileu, da obra de Brecht, para a "diminuição da canseira da humanidade", haja vista a importância da atividade física na prevenção e tratamento de uma série de doenças e agravos de saúde, além do importante significado cultural que a atividade física tem em nosso país. Em tempo: a ocupação do espaço público é um ponto central nesta política, e foi muito bem destacada pela matéria.

♦ Mathias Roberto Loch, Londrina, PR

SUGESTÕES DE PAUTA

Caros amigos da *Radis*, sou acadêmico de enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (Ueva), campus Sobral (CE), e assinante da revista, desde março. Gostaria de indicar uma pauta

voltada à situação da hanseníase. Não sei se já foi abordada essa temática, mas adoraria ler algo que aprimorasse ainda mais meu conhecimento referente ao assunto. Desde já, agradeço a oportunidade de expressar minha sugestão e parabeno a *Radis* pelas belas informações ofertadas aos leitores.

♦ Wyarlenn Divino Machado, Sobral, CE

Caro Wyarlenn, a *Radis* abordou o tema nas edições 27, 68 e 82, que você pode acessar pelo site (www.ensp.fiocruz.br/radis). Já está previsto um retorno ao tema. Acompanhe!

Somos um município do Sul de 60 mil habitantes, a aproximadamente 40 quilômetros de Porto Alegre, e trabalhamos muito em Saúde Pública a prevenção. Temos piscina pública com os seguintes serviços: hidroterapia, hidroginástica e natação. Além do trabalho na água, contamos com a Estação Saúde, espaço equipado com esteiras, bicicletas, colchonetes, e com profissionais atuando 12 horas por dia. Ao lado também temos uma pista atlética e uma academia ao ar livre com aparelhos, inclusive, para uso de cadeirantes, entre outras ações. Acompanho a *Radis* e sempre vejo reportagens interessantes em relação a atividades no SUS. Para divulgar as atividades que realizamos no município nessa revista de excelente qualidade, como procedemos?

♦ Ilaine Saleti Pletsch, Campo Bom, RS

Caro Ilaine, você pode entrar em contato com a *Radis* sempre que desejar. As sugestões são anotadas e analisadas em nossas reuniões de pauta.

'RADIS' AGRADECE

Fico muito satisfeita toda vez que recebo minha *Radis*, pois seu conteúdo é de ótima qualidade e só vem agregar mais conhecimento ao meu trabalho e também ao meu o dia a dia. Obrigada a todos.

♦ Cleuza Xavier, Várzea Paulista, SP

EXPEDIENTE



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP



FIUCRUZ

Ministério
da Saúde



SUS

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa RADIS (Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde), da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp).

Periodicidade mensal
Tiragem 73.500 exemplares
Assinatura grátis

(sujeita à ampliação do cadastro)

Presidente da Fiocruz Paulo Gadelha
Diretor da Ensp Antônio Ivo de Carvalho

PROGRAMA RADIS

Coordenação Rogério Lannes Rocha
Subcoordenação Justa Helena Franco
Edição Eliane Bardanachvili (Milênio)
Reportagem Katia Machado (subedição/
Milênio), Adriano De Lavor, Bruno
Dominguez, Elisa Batalha e Sheida
Naderi (estágio supervisionado)

Arte Dayane Martins (subedição/
Milênio), Natalia Calzavara e
Sérgio Eduardo de Oliveira (estágio
supervisionado)

Documentação Jorge Ricardo Pereira, Laís
Tavares e Sandra Benigno

Secretaria e Administração Fábio Lucas,
Onésimo Gouvêa, Osvaldo José Filho
(Informática) e Thiago da Silva Rego
(estágio supervisionado)

Endereço

Av. Brasil, 4.036, sala 515 – Manguinhos
Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Fale conosco (para assinatura, sugestões
e críticas)

Tel. (21) 3882-9118 • Fax (21) 3882-9119
E-mail radis@ensp.fiocruz.br

Site www.ensp.fiocruz.br/radis (confira
também a resenha semanal *Radis* na Rede e
o Exclusivo para web, que complementam a
edição impressa)

Impressão Ediouro Gráfica e Editora SA

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
Site www.fiocruz.br/ouvidoria

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista
Radis pode ser livremente reproduzido, desde que
acompanhado dos créditos. Solicitamos aos veículos
que reproduzirem ou citarem nossas publicações que
enviem exemplar, referências ou URL.

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou fax) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

SÚMULA

IDH 1: BRASIL NO PEQUENO GRUPO DOS PAÍSES QUE SUBIRAM NO RANKING

O Brasil avançou uma posição no Ranking Global do Relatório de Desenvolvimento Humano, saindo da 85ª em 2010 para a 84ª, em 2011. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que passou de 0,715, registrado no ano passado, para 0,718 este ano, manteve o Brasil no grupo de apenas 36 países – entre os 187 avaliados – que subiram no ranking no período. O avanço de uma posição, no entanto, foi explorado negativamente pela imprensa comercial, que bateu especialmente no quesito Educação (um dos três que compõem o IDH, ao lado de saúde e renda), deixando transparecer mais uma tentativa de atacar o ministro da Educação, Fernando Haddad, candidato do PT ao governo de São Paulo.

O documento, lançado (2/11) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em Copenhague, Dinamarca, apontou, ainda, que, considerando a evolução de posições do ranking de 2006 a 2011, o Brasil está entre os 24 países com melhor desempenho, ou seja, aqueles que subiram três ou mais posições. A taxa média de crescimento do IDH do Brasil foi de 0,87%, entre 1980 e 2011 – desempenho superior ao da América Latina (0,73%) e ao dos países de alto desenvolvimento (0,61%), grupo do qual o Brasil faz parte no ranking do IDH 2011. Em período mais curto, de 2000 a 2011, o Brasil avançou 0,69%, enquanto a América Latina, 0,66%, e os países de alto desenvolvimento, 0,70%. Quanto mais desenvolvido o país se torna, menor é sua taxa de crescimento do IDH.

No caso brasileiro, a evolução do IDH contou com impulso maior da saúde – medida pela expectativa de vida –, responsável por 40% da alta. As outras duas dimensões do índice, educação (anos de escolaridade dos adultos e esperados para as crianças) e renda (renda nacional bruta *per capita*), responderam, cada uma, por cerca de 30% dessa evolução, informa o site do Pnud (2/11).

Os valores e classificações do IDH foram apresentados desta vez para um número recorde de países e territórios reconhecidos pela ONU – eram 18 países a menos (169) em 2010, quando os indicadores de muitos dos novos países analisados ainda estavam indisponíveis. No ano passado, o Brasil obteve a classificação 73, entre os 169 países, mas esse número teve que ser recalculado agora

para se comparar com o de 2011, uma vez que houve a inclusão dos novos países no ranking e os dados e métodos sofreram ajustes e mudanças.

De acordo com o relatório de 2011, a expectativa de vida no Brasil passou de 72,9 para 73,5 anos – o melhor número foi do Japão, 83,4. Na média de anos de escolaridade, o país ficou com 7,2, sendo que a Noruega, no topo, apresentou 12,6. Em anos esperados de escolaridade, o resultado foi de 13,8, contra os 18 da Austrália. Já no que diz respeito à renda nacional bruta *per capita*, o Brasil registrou US\$ 10.162, sendo que o valor maior foi alcançado pelo Qatar – US\$ 107.721. Entre os Brics, o país de melhor IDH é a Rússia (em 66º lugar, com IDH 0,755), seguido de Brasil (84º, IDH 0,718), China (101º e IDH 0,687), África do Sul (123º, IDH 0,619) e Índia (134º e IDH 0,547). Esses dois últimos países estão no grupo de desenvolvimento médio.

Em entrevista ao Globo Online (2/11), o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, avaliou como positivo o avanço do Brasil no ranking de IDH, que se deu, em grande parte, pelos avanços na expectativa de vida da população. “O Brasil vem fazendo um esforço importante nas áreas de prevenção e tratamento de doenças que estão elevando a expectativa de vida dos brasileiros”.

Os cinco países com pior IDH 11 foram República Democrática do Congo, Níger, Burundi, Moçambique e Chade; já os cinco no topo do ranking foram Noruega, Austrália, Países Baixos, Estados Unidos e Nova Zelândia. Cuba destacou-se por voltar ao ranking após anos de ausência, e surgindo em 51ª lugar.

IDH 2: LULA CRITICA DADOS DEFASADOS

Para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil poderia estar em posição melhor do que a 84ª alcançada no Relatório de Desenvolvimento Humano 2011. Em telefonema para o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, ele criticou a defasagem dos dados usados nos cálculos do Pnud. Segundo Carvalho, Lula teria ficado irritado com a forma como os dados do Brasil foram utilizados, informou *O Globo* (4/11). De acordo com o jornal, a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, afirmou em entrevista coletiva (3/11) que o Relatório de Desenvolvimento Humano 2011 traz avaliação “extremamente positiva” sobre o Brasil, que reflete as

políticas sociais que vêm sendo levadas à frente. Ela, no entanto, criticou o uso de dados de 2006, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, para o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), um dos itens do relatório. “O Brasil fez avanços importantes desde 2006. Entre 2007 e 2011, por exemplo, houve crescimento mais forte na renda por conta da valorização do salário mínimo, que não está incorporado ao relatório. Dados defasados perdem a riqueza dos que está acontecendo no país”, afirmou ela, relatando que o governo brasileiro pede todos anos ao Pnud que incorpore dados atualizados sobre o país no relatório, sem ser atendido. De acordo com o site Carta Maior (3/11), Tereza afirmou que o governo vai continuar pressionando o Pnud para que utilize dados mais atuais e insistirá para conhecer a metodologia e para “participar ativamente da construção do relatório no ano que vem”.

NASCE BEBÊ NÚMERO 7 BILHÕES E POPULAÇÃO CONTINUA A AUMENTAR

O planeta contabilizou 7 bilhões de habitantes com o nascimento do menino Piotr (31/10), poucos minutos depois da meia noite, na cidade russa de Kaliningrado. Ele recebeu um título pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), marcando sua chegada. Outro bebê, nascido pouco antes nas Filipinas, tinha sido também simbolicamente considerado o habitante de número 7 bilhões. Danica May nasceu dois minutos para meia-noite, no José Fabella Memorial Hospital, centro público da capital filipina. Ela receberá uma bolsa de estudos, e seus pais, uma quantia em dinheiro para abrir uma loja, informou o portal Terra (31/10). Segundo estudo bianual realizado em agosto de 2011 pelo Instituto Francês de Estudos Demográficos (Ined), a população mundial levou apenas 12 anos para passar dos 6 bilhões, registrados em 1999, aos 7 bilhões. De acordo com as projeções

do Ined, a Terra terá 8 bilhões de pessoas em 2025, daqui a 14 anos. Só a população africana poderia quadruplicar em um século, passando de 800 milhões de pessoas no ano 2000 para 3,6 bilhões em 2100, apesar da alta mortalidade causada pela aids. Atualmente, os países mais populosos do mundo são China (1,33 bilhão), Índia (1,17 bilhão), Estados Unidos (306,8 milhões), Indonésia (243,3 milhões), Brasil (191,5 milhões), Paquistão (180,8 milhões) e Nigéria (162,3 milhões). A América Latina sofrerá crescimento importante até 2050, passando de 596 milhões de habitantes para 746 milhões de pessoas, informou o Globo Online.

SEM TERRINHA: MAIS ESCOLAS NOS ASSENTAMENTOS

Cerca de 2,5 mil crianças e adolescentes que vivem em assentamentos do MST no Paraná participaram, em Curitiba, do 9º Encontro dos Sem Terrinha e do 1º Festival de Artes das Escolas de Assentamentos da Reforma Agrária do Paraná. No evento, os participantes reivindicaram mais escolas e em áreas de melhor acesso, informou a Agência Brasil (29/10). O evento se repetiu no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia e Maranhão, no mês de outubro, em que se comemora o Dia das Crianças, considerado dia de luta em defesa dos direitos dos Sem Terrinhas, como aponta o site do MST (13/10).

No Paraná, por exemplo, existem 300 assentamentos com escolas atendendo 12 mil alunos. Segundo a coordenadora de Educação do MST, Sandra Scheerer, "isso é a metade da necessidade". Sandra ressalta ainda que algumas escolas funcionam há mais de 20 anos em condições precárias e que apenas 22, das 146 dos assentamentos paranaenses, oferecem

até o Ensino Médio. Muitos alunos acabam sendo reprovados por falta, devido ao difícil acesso a algumas escolas. No Paraná, existem também dez unidades de escolas itinerantes que atendem as comunidades, mas são poucas para a grande demanda.

CERTIDÃO DE CASAMENTO PARA HOMOSSEXUAIS



Em decisão inédita no país, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou (25/11) o casamento civil de duas mulheres que viviam há cinco anos em união homoafetiva, informou *O Globo* (26/11). Em maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) havia reconhecido por unanimidade a união estável entre casais do mesmo sexo, tornando as regras que valem para relações estáveis entre homens e mulheres aplicáveis aos casais gays (*Súmula da Radis* 106). Agora, as pessoas terão direito a certidão de casamento registrada em cartório, no mesmo modelo das que recebem os casais heterossexuais. "Se é verdade que o casamento civil melhor protege a família e sendo múltiplos os arranjos familiares, não há de se discriminar qualquer família que dele optar, uma vez que as famílias constituídas por casais homossexuais possuem o mesmo núcleo axiológico das famílias formadas por casais heterossexuais", disse o ministro do STJ Luís Felipe Salomão. As duas mulheres tiveram o pedido de registro do casamento em cartório negado no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, onde vivem. Elas recorreram ao STJ, que deu o parecer favorável. A decisão é aplicável apenas a esse caso, mas pode servir de parâmetro para outras decisões judiciais ou para os cartórios que se recusarem a registrar o casamento entre gays.

ÍNDIOS OCUPAM CANTEIRO DE OBRAS DE BELO MONTE

Sem informações sobre o destino que terão com a construção da usina Hidrelétrica de Belo Monte, próxima à cidade de Altamira, no Pará, 600 índios, pescadores e ribeirinhos ocuparam o canteiro de obras da usina e bloquearam

seu acesso na rodovia Transamazônica, na altura do quilômetro 52. Um exame das manchetes dos jornais que noticiaram o fato deixa transparecer as diversas formas com que a manifestação dos povos locais foi vista pela mídia. Se, para a *Folha de S. Paulo* e a *Folha do Pará*, houve invasão (*Índios invadem canteiro de obras de Belo Monte*), para o portal Terra e para o jornal *Valor*, o olhar foi isento de julgamentos: *Índios ocupam / Índios tomam o canteiro de obras de Belo Monte*). O protesto foi organizado durante seminário que discutiu os impactos da instalação de usinas hidrelétricas na região, realizado em Altamira (*Radis* 108). Os manifestantes exigiram a presença de algum integrante do Governo Federal no local e pediram a paralisação das obras, informou a *Folha de S. Paulo* (27/10).

Para o cacique caiapó Irê-ô, o maior problema enfrentado pelos indígenas é a falta de informação sobre o destino dos povos às margens do rio Xingu. "Se alguém da Norte Energia vier conversar com a gente e explicar pra nós sobre isso, será bom", disse ele, em referência à empresa responsável pela implantação e operação da usina. Em nota, a empresa condenou a "invasão" e afirma que o projeto é acompanhado pelo Ibama. Em outro trecho, critica que "o grupo de manifestantes, em sua maioria arrebanhada em outras regiões, liderada por pessoas movidas por interesses alheios aos nacionais, tenha ocupado uma área privada", como diz a nota, divulgada pelo *Diário do Pará* (28/10). O protesto dos índios se encerrou depois que dois oficiais de Justiça, advogados da Norte Energia e o Grupo Tático da Polícia Militar chegaram ao local da manifestação com a liminar de reintegração de posse expedida pela juíza Cristina Collyer Damásio, da 4ª Vara do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que determinou a proibição de "atos de turbação ou esbulho", que poderiam comprometer o andamento da obra e estipulou multa diária de R\$ 500 em caso de desobediência. As perguntas dos habitantes da região ficaram sem resposta.

SANCIONADA LEI QUE ABOLE SIGILO ETERNO DE DOCUMENTOS

A presidenta Dilma Rousseff sancionou (18/11) a lei que institui a Comissão da Verdade e a Lei de Acesso à Informação Pública, que elimina a hipótese de sigilo eterno de documentos de Estado, informou (19/11) o jornal *O Globo*. O texto da Lei de Acesso à Informação Pública havia sido aprovado (25/10) no Senado, por maioria de votos, de acordo com as alterações feitas na Câmara, fi-

RADIS ADVERTE

Sustentabilidade se consegue quando o social, o ambiental e o econômico, juntos, orientam as políticas.

toques da redação



COBERTURA (?) da CMDSS — Fazem muito bem as organizações que se preocupam em preparar jornalistas para a cobertura da Rio+20, como mostra a matéria da página 2. É sempre mais uma esperança de não se repetir o que ocorreu com outro evento de igual relevância, que não ganhou uma linha sequer nos jornais de grande circulação. Reunindo representações oficiais de governos de 125 países, a maioria ministros de Estado, a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde (CMDSS), realizada em outubro, no Rio de Janeiro, não teve sua importância percebida pelas redações. Durante entrevista coletiva com a diretora da Organização Mundial da Saúde, Margaret Chan, a *Radis* resolveu perguntar a repórteres da *Folha de S. Paulo*, *Extra*, *O Dia* e *Estadão* se sabiam que evento era aquele, o que estavam fazendo ali e se haviam recebido orientação dos editores para a cobertura. Uma resposta: “Passaram a pauta e disseram: ‘Vai lá ver o que é

esse negócio de determinantes’”. Outra: “Vim aqui por causa do ministro, para perguntar sobre outros assuntos”, em referência à presença do ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Uma rara jornalista que se interessara pelo tema e pelo evento havia escrito matéria na véspera, para anunciá-lo, mas... não encontrou espaço em seu jornal. Teve o texto cortado. Para não dizer que o maior evento realizado pela OMS fora de sua sede, de uma conferência de Alma Ata, no Casaquistão, em 1978, passou totalmente despercebido, uma menção a ele foi feita na coluna de Ancelmo Góis, de *O Globo*, para apontar que o local onde se realizava a conferência não tinha acesso próprio para cadeirantes. E tinha.

ATIVIDADE FÍSICA FAZ BEM À GESTÃO — As pesadas críticas veiculadas pela imprensa, em outubro, ao inovador Programa Academia da Saúde (*Radis* 109) não abalaram a convicção do ministro Alexandre Padilha de que se trata de iniciativa a ser não só mantida pelo ministério, como ampliada. Em vez de se basear nas manchetes, ele levou em conta a boa receptividade da sociedade à proposta. Em entrevista coletiva que concedeu durante a CMDSS, depois, portanto, das reportagens negativas (*Súmula da Radis* 111), o ministro foi taxativo: estudo do MS demonstra que as pessoas com menos de

oito anos de escolaridade e mais baixa faixa de renda realizam quase metade da atividade física no seu horário de lazer do que as pessoas que têm mais escolaridade, razão suficiente para o ministério incentivar os municípios a colocar equipamentos dentro e próximo das unidades de Saúde. “Atividade física orientada por profissionais de saúde faz muito bem à saúde. Além de ser uma medida muito positiva do ponto de vista da gestão, já que age sobre a prevenção, reduz custos e dá mais qualidade de vida às pessoas”. Os usuários que o digam: onde foram criadas as academias da saúde, lembrou o ministro, houve redução do uso de medicamentos, como antidepressivos e anti-inflamatórios, e se observa melhor controle de hipertensos e diabéticos.

ATIVIDADE FÍSICA II — Mostra de que não é por falha ou esquecimento que a Academia da Saúde foi criada pelo Governo Federal, dentro do Ministério da Saúde, é o discurso da presidenta Dilma Rousseff na ONU, em setembro. Com naturalidade e segurança, ela citou o programa como uma das ações do governo na promoção da saúde e contra os fatores de risco de doenças crônicas.

CORREÇÃO — A foto de Osmar Costa de Queiroz publicada na página 16 da *Radis* 111 é do Conselho Estadual de Saúde de Goiás e não do SindSaúde-GO.

xando-se o prazo máximo de segredo dos documentos em 50 anos. Em 47 artigos, estão descritos os procedimentos para que União, Estados e municípios garantam o acesso dos cidadãos a informações públicas. A lei prevê três níveis de classificação de documentos: ultrassecretos, com prazo de sigilo de 25 anos, secretos, com sigilo de até 15 anos, e reservados, a serem abertos após cinco anos. Esses prazos poderão ser renovados apenas uma vez. O sigilo dos documentos ultrassecretos era de 30 anos. O texto assegura, ainda, que qualquer pessoa poderá apresentar pedido de acesso a informações detidas pelo poder público, com serviço de busca e de fornecimento gratuito, informou *O Estado de S. Paulo* (26/10). “Nenhum ato ou documento que atente contra os direitos humanos pode ser colocado sob sigilo de espécie alguma”, discursou Dilma, na cerimônia em que as leis foram sancionadas. “O sigilo não oferecerá, nunca mais, guarida ao desrespeito aos direitos humanos no Brasil. Esta é uma conexão decisiva com a lei que cria a Comissão da Verdade”.

Ela classificou o dia como “histórico” e destacou a importância das duas leis para as novas gerações.

MARCA POR 10% DO PIB NA EDUCAÇÃO

Cerca de 12 mil pessoas, entre educadores, estudantes, parlamentares e ativistas da Educação, participaram (26/10) da marcha nacional *10 mil pelos 10% do PIB*, em Brasília. Organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a marcha reivindicou o investimento do equivalente a 10% do PIB em educação pública, pressionando também a efetivação da lei do Piso Nacional Salarial para o magistério, entre outras pautas, informou o site da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (27/10). A marcha foi organizada às vésperas da apresentação na Câmara do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011-2020 (PL 8035/10), em 1º/11. A CNTE também coletou mais de 140 mil cartões postais

apoiando o investimento do PIB na educação, entregues ao relator da Comissão Especial do PNE, Angelo Vanhoni (PT/PR). A presidenta da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, deputada Fátima Bezerra (PT-RN), fez questão de receber o grupo que entregou os cartões. “A Comissão abriu as portas para os professores do Brasil”, disse a deputada, que entregaria os cartões à presidenta Dilma Rousseff. Os membros da CNTE também foram recebidos pelo ministro da Educação, Fernando Haddad. De acordo com o deputado Paulo Santiago (PDT-PE), o relatório do PNE é só o “começo da batalha”, já que deverão ser elaborados ainda os planos estaduais e municipais. Para Roberto Leão, presidente da CNTE, a pressão no Congresso e no Governo Federal é essencial para que a educação avance e os profissionais da área tenham seus direitos garantidos. 

SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.

Brics, os países da vez

Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul assemelha-se no ritmo de crescimento econômico, mas diverge na concepção de seus sistemas de Saúde

Bruno Dominguez

A pesar de recente, a sigla Brics é cada vez mais falada — especialmente no noticiário internacional. Formulada pelo economista Jim O'Neil em 2001 para designar o grupo de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia e China, essa expressão incorporou, em 2010, a África do Sul. O que une os cinco é o fato de crescerem rapidamente: em 2010, o Produto Interno Bruto do grupo somou US\$ 11 trilhões, o equivalente a 18% da economia mundial. Mas, se os aspectos financeiros são semelhantes, em muitas outras áreas esses países têm condições divergentes — inclusive na concepção de seus sistemas de saúde.

Radis pesquisou a realidade do setor na Rússia, Índia, China e África do Sul e constatou que o bom desempenho econômico não necessariamente se reflete na qualidade de vida da população. Enquanto o Brasil tem um sistema universal e integral de saúde, na Índia e na África do Sul o acesso é marcado pela iniquidade. Já a Rússia oferece um

pacote de serviços gratuitos a toda população e a China está levando à frente uma reforma para atingir status similar.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em novembro (ver Súmula, na pág. 5), aponta que entre os Brics o país mais desenvolvido é a Rússia (66°), seguido de Brasil (84°), China (101°), África do Sul (123°) e Índia (134°). O IDH considera três dimensões: o conhecimento, medido por indicadores de educação; o padrão de vida digno, medido pela renda; e a saúde, medida pela longevidade.

No texto *A saúde nos Brics — Progresso e perspectivas para 2011*, o economista André Cezar Medici, especializado em Economia da Saúde, avalia que os cinco países têm desafios comuns a enfrentar. Primeiro, promover a equidade: diminuir a pobreza e a desigualdade social. Segundo, ser mais eficiente na prestação de serviços de saúde. Terceiro, lidar com o envelhecimento da população e o aumento das doenças crônicas não transmissíveis. E, finalmente, levar à frente mecanismos para tornar seus sistemas de saúde sustentáveis.



Rússia

ATENÇÃO À SAÚDE PÚBLICA E GRATUITA

As bases do sistema de saúde russo foram construídas ainda na Rússia czarista. Em 1864, como parte das reformas liberais do Czar Alexandre

II, foi criado um serviço público de saúde para as áreas rurais (Zemstvo), financiado pelo recolhimento de impostos e livre de cobrança nos pontos de atendimento. Dali saiu a certeza de que era possível oferecer atenção à saúde por meio de serviços públicos e gratuitos, como lembra o relatório *Health Care Systems in Transition* (Ellie Tragakes, Suszy Lessof).

Com a industrialização, criou-se outro seguro de saúde, voltado aos tra-

balhadores da indústria (Bismarckian). Mas o foco da atuação do Estado era a saúde pública, o saneamento e o controle de doenças infecciosas — em detrimento do tratamento médico.

No começo do século 20, o país teve de lidar com as consequências da Primeira Guerra Mundial e da guerra civil, com a fome e com epidemias, que praticamente destruíram toda a infraestrutura de saúde. A Rússia então desenvolveu um sistema úni-

co de saúde, a partir dos seguintes princípios: responsabilidade do Estado pela saúde, acesso universal a serviços gratuitos, abordagem preventiva das doenças, atenção profissional de qualidade, relação estreita entre ciência e prática médica e conexão entre promoção da saúde, tratamento e reabilitação.

Em 1937, hospitais, farmácias e outros estabelecimentos de saúde foram nacionalizados e todos os profissionais do setor tornaram-se funcionários do Estado. Essa organização resistiu à Segunda Guerra Mundial, conseguindo oferecer atenção à saúde adequada e evitar grandes epidemias.

Em 1938, a expectativa de vida na Rússia era de 43 anos,

enquanto na França era de 59 anos e nos Estados Unidos, de 63. Nos quinze anos seguintes, o país investiu em prevenção das doenças infecciosas para mudar esse quadro – em 1965, a expectativa de vida chegou a 64,3, ante 67,5 da França e 66,8 dos Estados Unidos. O país, porém, não foi capaz de responder adequadamente à transição epidemiológica e ao crescimento das doenças crônicas não transmissíveis, nas décadas seguintes.

O sistema também sofreu com os cortes de gastos durante a Guerra Fria e com o isolamento de sua ciência, diz o documento.

Hoje, avaliam os pesquisadores, a base do sistema continua a mesma: serviços de saúde

centrados na necessidade e não na capacidade de pagamento do paciente. Mas os mecanismos de financiamento da saúde foram alvo de grande reforma recente: os impostos deixaram de ser o único meio de sustentar o setor, depois de criado um sistema de seguro social.

André Cezar Medici destaca o fato de a expectativa de vida na Rússia ser 11 anos mais baixa do que a média da União Europeia (62 anos para homens e 74 para mulheres), principalmente pela mortalidade precoce masculina provocada por fatores de risco como alcoolismo, tabagismo e causas externas (incluindo violência, acidentes de trânsito e suicídio).



Índia

TAXA DE MORTALIDADE AINDA É ALTA

Está na Constituição da Índia: “é dever do Estado elevar os níveis de nutrição e de habitação adequada e melhorar a saúde pública”. Mas o país com a segunda maior população do mundo (1,2 bilhão) tem indicadores não compatíveis com o que estabelece a carta: por exemplo, alta taxa de mortalidade infantil, em que 66 a cada mil nascidos vivos morrem antes de completar cinco anos. A expectativa de vida ao nascer em 2009 era de 63 anos para os homens e de 66 anos para as mulheres.

Segundo o estudo *The landscape of community health insurance in India: An overview based on 10 case studies* (Narayanan Devadasan, Kent Ranson, Wim Van Dammea, Akash Acharya e Bart Criel), a causa é o baixo investimento público. Até

2005, o governo investia 0,9% do Produto Interno Bruto no setor. A maior parte do gasto com saúde vinha dos pagamentos diretos por atendimento, o equivalente a 4,3% do PIB – ou seja, 80% do montante destinado à área saíam diretamente do bolso dos indianos. A meta do governo é aumentar o gasto público para 2% ou 3% do PIB até 2012, mas, de acordo com o artigo *Government Health Spending in India* (Peter Berman e Rajeev Ahuja), dificilmente será atingida.

“O gasto em saúde na Índia é quase 16 vezes menor do que o do Brasil e cerca de 12 vezes menor do que o da Rússia”, compara André Cezar Medici. “O gasto público em saúde na Índia é também claramente insuficiente: com US\$ 10 *per capita*/ano não se pode sequer oferecer cuidado básico de saúde pública necessário à redução da mortalidade infantil e materna”, avalia. Para o economista, o problema não é só de financiamento, mas também de gestão. “Existe muito pouca coordenação entre os níveis central, regionais e locais na condução do processo;

algumas regiões conseguem implementar programas bem sucedidos, mas a diversidade é enorme”, diz.

Os serviços públicos de saúde foram considerados inadequados e de baixa qualidade. O atendimento no setor privado, por outro lado, tem repercussão no acesso e no empobrecimento dos indianos: o quintil (um quintil é qualquer um dos valores de uma variável cujo conjunto divide-se em cinco partes iguais) mais pobre da população acessa seis vezes menos serviços hospitalares do que o quintil mais rico; entre os hospitalizados, 24% saem empobrecidos das unidades devido aos gastos hospitalares.

Em 2005, seguros de saúde cobriam apenas 3% da população – funcionários públicos ou empregados do setor formal. Nesse contexto, um grande espaço é preenchido pela ação de organizações não governamentais, pelo que se chama de *Community Health Insurance*, ou seguro de saúde comunitário, considerado como um passo intermediário no financiamento equânime em saúde, até que se disponha de um seguro social consolidado.



China

REFORMA PARA ENFRENTAR MECANISMOS DE MERCADO

A China está reformando seu sistema de Saúde, motivada pela insatisfação dos chineses com o desempenho do setor e pela preocupação em torno de emergências em saúde pública — por exemplo, a Síndrome Respiratória Aguda Grave, que matou centenas de habitantes em 2003. O governo divulgou em 2009 o plano de reforma, cuja meta é universalizar serviços básicos “seguros, efetivos, convenientes e acessíveis” até 2020.

Se bem-sucedido, avalia o Relatório Mundial da Saúde 2010, o plano vai pôr fim a mecanismos de mercado que entraram no setor em 1978. Da década de 1950 até então, o país havia estendido a cobertura básica de saúde a quase toda população, via rede pública

e seguros para habitantes rurais e urbanos. Mas, a partir do fim dos anos de 1970, reformas econômicas tornaram esses serviços inacessíveis para parte dos chineses. O pagamento direto (isto é, feito pelo próprio cidadão) por atendimento saltou de 20% do gasto total em saúde em 1980 para 60% em 2000.

A reforma do sistema de saúde chinês tem forte apoio político e financeiro — além do orçamento regular da pasta, US\$ 126 bilhões foram destinados apenas entre 2009 e 2011. Um grupo técnico está incumbido de avaliar o processo — dele faz parte o ex-ministro da Saúde do Brasil, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) e diretor executivo do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags), José Gomes Temporão, junto a especialistas de Tailândia, Inglaterra e Austrália.

A fim de atingir a cobertura universal, o governo chinês trabalha sobre quatro bases: programas públicos básicos para todos os cidadãos, cuidados médicos de qualidade e eficientes, novos seguros de saúde e medicamentos

essenciais a preço acessível. A expansão dos seguros — de 15% em 2003 para 90% este ano — deve ajudar a reduzir os pagamentos diretos.

Os seguros urbano e rural são operados separadamente e oferecem serviços diferentes. Os programas de saúde pública também variam de acordo com as regiões. O artigo *Universal Coverage of Health Care in China: Challenges and Opportunities* (Meng, Qingyue & Tang, Shenglan) concluiu que há grandes disparidades na atenção à saúde entre regiões, áreas urbana e rural e grupos populacionais na China. Universalizar a saúde, diz o texto, é um desafio num país com 1,3 bilhão de habitantes e tamanha diversidade.

“Com um gasto em saúde quase seis vezes menor do que o brasileiro e cinco vezes menor que o russo, a China tem a maior expectativa de vida e a menor taxa de mortalidade materna entre os Brics”, compara André Cezar Medici. Para o economista, esse dado mostra que o país asiático consegue alcançar melhores resultados em atenção básica com menor custo.



África do Sul

LUTA CONTRA OS MALES DE UM SISTEMA DESIGUAL

Durante o período colonial, grande parte dos países da África, a África do Sul incluída, organizaram seus sistemas de saúde essencialmente para beneficiar uma pequena elite — os serviços eram oferecidos em hospitais nas áreas urbanas, via pagamento direto pelo atendimento. O restante da população precisava recorrer a curandeiros ou a missionários, como informa o artigo *Beyond fragmentation and towards universal coverage: insights from Ghana, South Africa and the United Republic of Tanzania*.

Depois da independência, as iniquidades foram reforçadas na África do Sul pelo regime de segregação racial conhecido como *apartheid* — com privilégio de atendimento nas cidades e com filas separadas por cor. Nessa época, começaram a surgir organizações privadas que ofereciam planos de saúde para trabalhadores brancos.

Nos anos 1980, o país seguiu a receita do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e levou à frente reforma para reduzir os gastos públicos, permitindo o crescimento do setor privado da saúde e a fragmentação do sistema. Os planos cobrem o grupo mais rico do país enquanto exclui os mais vulneráveis, que dependem dos serviços públicos e pagam taxas pelo atendimento (com exceção dos serviços de atenção básica, esses gratuitos).

Para aliviar os males de um sistema não universal, o governo sul-

-africano oferece serviços de saúde para grupos específicos, como grávidas, crianças menores de seis anos, pessoas com deficiência e idosos, isenção de pagamento para os mais pobres e atenção básica gratuita para todos.

Em 2009, a probabilidade de uma criança morrer na África do Sul antes de completar cinco anos era de 62 para cada mil nascidos vivos. A expectativa de vida ao nascer era de 54 anos para os homens e de 55 para as mulheres. Esse dado, segundo a OMS, tem a ver com a alta prevalência do vírus HIV entre sul-africanos com idade entre 15 e 49 anos (17,64% em 2007) e entre grávidas — apenas as que fazem pré-natal e, assim, têm algum registro — (29,1% em 2006). O país também sofre com alta taxa de mortalidade materna, tuberculose, doenças cardiovasculares, violência e acidentes de trânsito. 

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desafio do compromisso político entre as nações

Em cenário de iniquidades, Rio+20 abre espaço para governos reverem seus papéis na concepção de um novo modelo de desenvolvimento

Adriano De Lavour

O Brasil se prepara para sediar em 2012 a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O evento, que se realizará no Rio de Janeiro entre os dias 20 e 22 de junho, marca os 20 anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), também sediado na capital carioca, em 1992, e os dez anos da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), realizada em Joanesburgo (África do Sul), em 2002.

A conferência tem como objetivo principal garantir o compromisso político internacional para o desenvolvimento sustentável. “Se não for capaz disso, será difícil dizer que foi um sucesso”, alertou o secretário-geral da Conferência, o diplomata chinês Sha Zukang, durante o fórum *Diálogos sobre Economia Verde e Crescimento Inclusivo*, evento preparatório para a Rio+20 realizado em outubro de 2010, em Nova Déli, Índia.

Os dois temas que estruturam o evento dão uma ideia da complexidade dos debates: a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e a estrutura de governança para o desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas. O tema da economia verde, por exemplo, é polêmico. Em seu relatório *Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a*

Erradicação da Pobreza [Síntese para Tomadores de Decisão] — um dos norteadores da agenda da Rio+20 —, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), ao mesmo tempo em que

propõe uma economia com baixa emissão de carbono, socialmente inclusiva e com uso eficiente de recursos, prevê a manutenção do modelo e do ritmo de crescimento econômico atual, que vem resultando em exploração e injustiças. “O foco do relatório é no crescimento econômico verde, e não na distribuição e apropriação social com equidade e justiça”, escreveu a diretora do Núcleo de Justiça Ambiental da organização Fase, Fátima Mello (ver artigo no site do RADIS, seção *Radis na Rede*).

Radis, que vem abordando a temática do meio ambiente e desenvolvimento em várias de suas edições (ver 93, 94, 95, 102, 106, 108, 110), ouviu estudiosos e envolvidos com a organização da Rio+20, que fazem suas análises e apontam suas expectativas. Grande entusiasmo quanto ao potencial de uma conferência como a Rio+20 e, ao mesmo tempo, pouca



Laudemar: a ideia é transformar a conferência na mais participativa das Nações Unidas

expectativa de que o evento promova mudanças concretas marcam as falas da maioria dos entrevistados.

ESPAÇOS DE NEGOCIAÇÃO

“A ideia é transformar essa conferência na mais participativa da história das Nações Unidas”, disse à *Radis* o secretário nacional do Comitê Nacional de Organização da Rio+20, ministro Laudemar Aguiar. Ele explicou que haverá atividades em diversos pontos da cidade, antecipando que serão destinados espaços para a negociação entre governos e para as atividades da sociedade civil.

A previsão é que os encontros entre as delegações oficiais se deem no centro de convenções Riocentro, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, que deve receber cerca de 50 mil pessoas. Somente terão acesso ao local os integrantes das delegações, devidamente credenciados pelas Nações Unidas — o que não significa dizer que será um espaço restrito dos representantes governamentais. Laudemar lembra que, historicamente, o Brasil inclui em sua delegação representantes das mais variadas áreas da sociedade civil: ONGs, meio acadêmico, empresas etc.

Nesse espaço será lavrado o documento oficial da conferência, a ser aprovado pelos 193 países que compõem as Nações Unidas. O ministro aponta que, antes dos encontros de cúpula — com a participação de chefes de Estado e de governo —, está previsto o último comitê preparatório (de 13 a 15 de junho), no qual os negociadores irão terminar os textos a serem examinados.

SOCIEDADE CIVIL

A sugestão do governo brasileiro é que, entre 15 de junho e o início da



Valcler: além de mecanismos de compensação, uma revisão do processo de desenvolvimento

conferência, a sociedade civil trate dos temas específicos (energia, inclusão social, água etc.) para que suas decisões sejam encaminhadas aos negociadores oficiais da conferência. Os encontros da sociedade civil — representantes de grupos de mulheres, indígenas, jovens, trabalhadores, sindicalistas, agricultores, ONGs, governos locais, empresas e a comunidade científica, entre outros grupos — deverão ocupar vários espaços da cidade, de maneira que a população possa interagir. Em princípio, os locais selecionados são a Cidade do Rock — onde se realizou o festival *Rock in Rio* —, que receberá os pavilhões nacionais e os estandes de empresas, o Autódromo Internacional Nelson Piquet e o ginásio HSBC Arena, em Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade.

Nas zonas Sul e Central, estão reservados ainda parte do Aterro do Flamengo — a área no entorno do Museu de Arte Moderna (MAM), da casa de shows Vivo Rio e do Monumento aos Pracinhas — e parte da área portuária. Caso necessário, explica o ministro, as atividades também poderão ocupar a Quinta da Boa Vista, na Zona Norte.

DOCUMENTO OFICIAL

O documento oficial com as contribuições do Brasil à Rio+20 foi entregue às Nações Unidas em 1º de novembro. Resultado da escuta dos mais diversos setores do governo e da sociedade civil, como ressaltou o ministro, o texto será compilado com as demais contribuições para composição de um *projeto zero*, que, após as negociações, resultará no documento final da conferência. O documento apresentado pelo governo brasileiro deverá contar com um complemento, elaborado por grupo de trabalho instituído pelo Ministério da Saúde, em 24

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

FOTO: PETER ILICIEV



de agosto de 2011, para discutir questões relativas especificamente à saúde.

SAÚDE NA PAUTA

Uma vez que se trata de uma conferência sobre desenvolvimento sustentável — de espectro mais amplo do que o de uma conferência sobre o meio ambiente, como ressalta o ministro —, o foco se dará sobre proteção ambiental e sobre os aspectos econômico e social, a Saúde aí inserida, como basilar.

O GT Saúde tem como objetivo “formular as propostas de contribuições da saúde para os eixos da Rio+20 e articular a participação do setor na conferência”, informa o documento. Para Guilherme Franco Netto, diretor do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (DSAST/SAT/MS) — que coordena o GT ao lado da Secretaria Executiva do MS — esta é a primeira vez que a saúde aparece em um documento oficial sobre desenvolvimento sustentável.

O documento do GT reafirma a saúde como direito humano universal e acentua para o caráter prioritário das políticas de proteção e promoção social, tendo em conta seus benefícios para o bem-estar social, a economia e o meio ambiente. Dentro deste contexto, considera que “o ser humano saudável é um pilar central do desenvolvimento sustentável”.

O texto reforça ainda as determinações propostas pela Agenda 21, ao estabelecer que a proteção e a promoção da saúde humana se garantem com avanços na atenção primária, especialmente nas áreas rurais; o controle das doenças transmissíveis e proteção dos grupos vulneráveis; solução do problema sanitário urbano e a redução dos riscos de saúde relacionados com a contaminação e os perigos ambientais.

DEFESA DO SUS

Os integrantes do GT Saúde se alinham ao que diz a declaração política da Conferência Mundial sobre os Determinantes Sociais da Saúde (*Radis* 110), que considera as iniquidades em saúde inaceitáveis dos pontos de vista político, social e econômico, bem como injustas e em grande parte evitáveis, estabelecendo que a promoção da equidade na saúde “é essencial ao desenvolvimento sustentável”. O grupo de trabalho reforça também a defesa do SUS e seus princípios, esclarecendo que o sistema, além de enfrentar grande parte dos desafios apresentados pela Agenda 21, “foi muito além ao estabelecer políticas, programas e serviços que têm interface com diversas

dimensões do desenvolvimento sustentável”. O grupo atesta que a Rio+20 se apresenta como extraordinária oportunidade para que o SUS se integre de forma sistêmica e estratégica à agenda do desenvolvimento sustentável.

COMBATE À POBREZA

Integrante do grupo de trabalho, a Fiocruz também prepara um documento de referência no âmbito da sua Câmara Técnica de Saúde e Ambiente. O texto, em construção, tem suscitado discussões sobre a postura que a instituição adotará na Rio+20. O vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz, Valcler Rangel Fernandes, informa que o documento de referência se pauta, prioritariamente, pela relação entre biodiversidade e saúde — seja analisando a emergência de doenças causadas pela perda de biodiversidade, seja observando a exploração sustentável dessa biodiversidade.

Valcler cita como exemplos arboviroses e zoonoses associadas a desmatamento, construção de grandes empreendimentos nas florestas, exploração não sustentável do campo, expansão do agronegócio e uso de agrotóxicos.

Ele aponta que a Fiocruz pode contribuir com exemplos de exploração sustentável da biodiversidade, em ações de produção de medicamentos e outros produtos para a saúde. “Essa exploração tem sido insuficiente, pouco sustentável e com baixa presença do Estado”, alerta, observando que esta é uma questão diretamente ligada à erradicação da pobreza — um dos temas da Rio+20. Por meio de arranjos locais, a exploração sustentável da biodiversidade pode gerar renda para comunidades. Por outro lado, há uma série de doenças (leishmaniose,

malária etc.) cuja ocorrência está diretamente ligada às condições de pobreza. “Há uma relação direta entre a perda da biodiversidade e a perpetuação da pobreza”, define.

IMPACTOS

Outra preocupação da Fiocruz, de acordo com Valcler, está relacionada à avaliação dos impactos do modelo de desenvolvimento sobre a saúde e o ambiente (*Radis* 108). “Quando falamos em economia verde, corremos sério risco de tratá-la a partir de uma lógica de monetarização da natureza”, adverte. Valcler ressalta que, além de mecanismos de compensação, deve estar em pauta uma revisão do próprio processo de desenvolvimento.

A discussão, segundo ele, não é ser contra ou a favor do desenvolvimento, mas sim definir um “processo civilizatório” onde a equidade tenha papel central e o acesso aos bens de consumo não seja predatório com o ambiente — seja na sua produção, seja no seu descarte. Para isso, defende, é importante utilizar metodologias de avaliação que incorporem avanços técnicos e científicos e a visão dos movimentos sociais

Neste sentido, considera importante a contribuição que a Fiocruz pode dar na avaliação dos impactos que os próprios serviços de saúde podem causar ao meio ambiente, seja no consumo de energia elétrica, na utilização de insumos ou na destinação de resíduos.

Um terceiro eixo de preocupação diz respeito às mudanças climáticas, que também têm relação direta com a pobreza e com a ocorrência de doenças. “Quem mais sofre com enchentes e deslizamentos são as camadas mais empobrecidas”, exemplifica.



Monocultura de eucalipto: agressão à biodiversidade e às populações locais



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Carlos: é preciso mudar os modos de viver e de produzir, demandando menos da natureza

Ele defende uma maior capacidade de prever situações extremas e, também, de prevenir e diagnosticar com rapidez doenças decorrentes destas situações. Neste campo, a Fiocruz pode contribuir com análises epidemiológicas, capacidade diagnóstica e propor capacitação, gerenciamento e organização dos serviços, adianta.

O quarto eixo está relacionado ao acesso à água e ao saneamento, ainda precários no país. “Talvez este seja um dos principais temas a serem discutidos”, aponta Valcler, que acredita, porém, que, apesar de a destinação de rejeitos produzir doenças, esse será um tema pouco abordado na Rio+20.

DEBATES

Enquanto 2012 não chega, diversos eventos têm trazido temas relacionados à Rio+20 às unidades da Fiocruz. No Rio de Janeiro, mesas redondas, debates e simpósios têm reunido especialistas, estudantes e sociedade em torno de temas como os riscos da exploração mineral, o saneamento como direito humano, saúde e equidade na economia verde, o Protocolo de Nagoya (adotado em outubro de 2010, durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Nagoya, Japão, estabelecendo as bases para repartição dos benefícios oriundos do uso da biodiversidade), além de políticas integradas de saúde, ambiente e urbanismo. A discussão também esteve presente na programação de aniversário da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), em eventos promovidos pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e pela Fiocruz Bahia, que promoveu encontro de mobilização para



FOTO: VIRGINIA DAMAS/CC/ENSP/FIOCRUZ

Simone: cidades com assentamentos humanos precários não são sustentáveis

a Rio +20, trazendo à tona discussões sobre responsabilidade ambiental.

DÍVIDAS

Um dos representantes da Fiocruz no GT Saúde da Rio+20, o pesquisador Carlos Machado de Freitas, da Ensp/Fiocruz, alerta que, ao mesmo tempo em que a Rio+20 representa a renovação de compromissos com a questão ecológica e social, pouco avançará se não criar um arranjo institucional que possibilite cobrar o cumprimento dos compromissos assumidos desde a Rio 92. Para enfrentar a dívida ecológica e a dívida social, analisa, é necessário que haja não somente maior presença do Estado na proteção ambiental e social, como capacidade de combinar ambas com maior transparência e participação da sociedade. “Não considero que tenhamos hoje um cenário social, político e econômico que favoreça esse arranjo institucional”, diz.

Para o pesquisador, é preciso mudar os modos dominantes de viver e de produzir, o que significa reduzir a demanda em relação aos recursos do planeta, produzindo-se bens, produtos e serviços ecologicamente adequados e que considerem os critérios de inclusão social; e distribuir de modo mais igual o acesso tanto aos recursos, como aos serviços, bens e produtos produzidos, demandando menos da natureza e reduzindo ou eliminando os impactos que apresentam sobre o meio ambiente. “Não creio que possamos enfrentar este desafio sem colocar efetivamente em debate o atual modelo de desenvolvimento econômico”, afirma.

MOBILIZAÇÃO

Pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz),



FOTO: NATALIA CALZAVARA

Marcelo: a poluição é produzida de forma desigual e atinge de forma desigual

Christovam Barcellos, um dos responsáveis pelo Observatório do Clima (*Radis 93*), espera que haja avanços no debate mundial sobre as mudanças climáticas e ambientais globais, já que as últimas conferências sobre clima “tiveram resultados pífios no que diz respeito a acordos internacionais”. Sua expectativa é que se retome o otimismo das transformações da Rio 92. “Um dos componentes mais importantes dessas conferências é exatamente a mobilização gerada”, avalia.

Ele argumenta que não há meios que garantam o cumprimento de metas no nível global. “Não é fácil estabelecer essas metas, já que os principais países emissores de gases não se dispõem a pagar a conta do prejuízo que vêm causando”. Por outro lado, os países mais afetados possuem poder político e econômico restrito.

POLÍTICA HABITACIONAL

Christovam salienta que, pela primeira vez, uma conferência mundial sobre ambiente acontecerá em momento de profunda crise econômica. Nesse contexto, fica em jogo o papel dos estados nacionais e a forma de se garantir representatividade nas discussões: “O que está em jogo não é mais a assinatura de documentos por países, mas quem representa o planeta e o interesse dos mais pobres”, diz. Para ele, a Saúde tem sido pouco contemplada nesses fóruns. “Não há discussão aprofundada sobre as consequências das mudanças ambientais sobre a saúde”, observa, considerando o papel do setor Saúde nas políticas de mitigação e adaptação às mudanças ainda incipiente. “Talvez a Rio+20 seja uma oportunidade de atuação mais efetiva”

A pesquisadora Simone Cynamon Cohen, do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da Ensp/Fiocruz,

espera um debate intersetorial que contribua para a construção de uma política habitacional com foco na integração urbana de assentamentos precários — com garantia de acesso ao saneamento básico, à regularização fundiária e à moradia adequada. Tudo isso em articulação e integração com políticas de saúde, meio ambiente, assistência social, educação e desenvolvimento econômico. Para ela, essa é uma condição essencial para a implementação de qualquer estratégia de combate à pobreza e perspectiva de cidades mais saudáveis, sustentáveis e seguras. “Cidades com crescente número de assentamentos humanos precários, não são sustentáveis do ponto de vista socioambiental”, argumenta.

Outro tema importante para Simone é a percepção do estado de degradação ambiental das cidades e a necessidade de aplicação de políticas que controlem o uso exacerbado de recursos naturais e a reutilização de resíduos. Para ela, esta é a hora de se pensar em formas alternativas de energias renováveis, saneamento ecológico, habitação sustentável e segura e tecnologias que promovam ambientes mais seguros e sustentáveis.

JUSTIÇA CLIMÁTICA

Na opinião do pesquisador Marcelo Firpo (Ensp/Fiocruz), coordenador geral do Mapa da Injustiça Ambiental (*Radis* 95) uma forte visão mercadológica tem reduzido a questão ambiental às mudanças climáticas e às ações possíveis dentro de uma lógica de mercado — baseada no comércio da poluição, que é o mercado de carbono. “É incrível como grandes corporações, poluidoras e geradores de injustiças ambientais, buscam ainda lucrar com este mercado”. Ele cita como exemplo a monocultura de árvores praticada pela Aracruz Celulose: “Esse tipo de plantação elimina a biodiversidade e se torna dependente química de agroquímicos, além de atingir agricultores, indígenas e quilombolas”.

O complexo siderúrgico da empresa Thyssen Krupp CSA, que recebeu sinal verde para obtenção de créditos de carbono por conta de uma termelétrica que usa gases produzidos no processo de fabricação de aço, é outro exemplo. “A fase quente das siderúrgicas, a que gasta mais energia e é mais poluente, está sendo assumida por países emergentes como o Brasil”, analisa Marcelo.

O pesquisador questiona esse tipo de ganho econômico: “O mercado, que dá a tudo um preço, faz essa equação, e quem sofre com isso são as populações que vivem e trabalham nas zonas de sacrifício”, observa. Marcelo considera que pouco será debatido na Rio+20 o tema da

justiça climática, que ajuda a entender “como as mudanças climáticas são produzidas, a responsabilizar de forma mais clara as lógicas comerciais e produtivas que geram a poluição, e a atuar de forma solidária com as populações que mais sofrem ou sofrerão os efeitos”.

Ele critica a ideia de um “ambientalismo genérico”, que preconiza que todos sofrem igualmente os efeitos e são igualmente responsáveis pela solução. “A poluição é produzida de forma desigual e atinge de forma desigual”, avalia.

RACISMO AMBIENTAL

Para a pesquisadora Maria Cristina Pechine, integrante do grupo de pesquisa Qualidade, ambiente, trabalho e biossegurança, do Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz (Fiocruz/BA), a Rio+20 será a oportunidade de se pensar a economia baseada em ações e decisões éticas. Para isso, a conferência deve rechaçar a mercantilização da vida, as falsas solu-

“O QUE ESTÁ EM JOGO NÃO É MAIS A ASSINATURA DE DOCUMENTOS, MAS QUEM REPRESENTA OS MAIS POBRES”

CHRISTOVAM BARCELLOS

ções e as novas tecnologias que ferem o princípio da precaução ou aprofundem iniquidades. Cristina prevê, no entanto, que dificilmente o evento oficial discutirá questões como as relacionadas ao racismo ambiental e institucional, que se manifesta na discriminação de grupos e comunidades por sua origem e cor nas injustiças sociais e ambientais a que são expostos. Esse debate caberá à sociedade civil organizada que, durante a conferência, “terá a chance de pleitear e definir novos rumos para transformar a vida de povos e comunidades tradicionais, indígenas que buscam garantia dos direitos sociais e econômicos”, considera.

A pesquisadora ressalta que é fundamental avaliar lacunas, efetividade e cumprimento dos tratados e convenções assinadas durante os últimos 20 anos, tratando a questão da justiça ambiental e social e colocando a efetivação dos direitos no centro da agenda global.

Para a ex-vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

da Fiocruz Cecília Minayo, são temas fundamentais da Rio+20 as mudanças estruturais na produção de bens e serviços, como o desenvolvimento de construções e produtos com energia solar; a ampliação das tecnologias para energia solar de forma que os produtos e as tecnologias se popularizem; ampliação, desenvolvimento e implantação de energia eólica; e o debate sobre formas de ampliação da consciência social e individual sobre consumo responsável e disposição do lixo. Cecília Minayo aponta ainda como básica a ampliação dos processos de saneamento. “Sua ausência é fatal para a saúde”, resume.

A pesquisadora diz ter dúvidas quanto à Rio+20 trazer consequências práticas, ainda que trate da pobreza como parte do problema ambiental, e considera que pouco se avançará nas questões relacionadas às fontes poluentes e não renováveis como o petróleo, dados os interesses concentrados neste mercado. “O petróleo é o bem que movimenta mais dinheiro no mundo”.

ECONOMIA VERDE

A tentativa da ONU de apresentar como consenso o conceito de economia verde está na mira do pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Alexandre Pessoa, para quem a Rio+20 está diante de um desafio, em um cenário de crise do capitalismo e de manifestações sociais contra-hegemônicas que se espalham pelo mundo. O conceito de economia verde, aponta, “se utiliza de mecanismos ideológicos para a mercantilização dos recursos naturais”. Para Alexandre, no Brasil, o atual modelo de desenvolvimento se esforça em não evidenciar os conflitos socioambientais.

O professor considera que a flexibilização e celeridade do licenciamento ambiental, associadas às tentativas de enfraquecimento dos órgãos de fiscalização e ao grande capital nacional licença para impactar, o que resulta na desterritorialização e na violação dos direitos das comunidades, e trazem impactos à saúde ambiental e humana.

Também chamam a atenção de Alexandre a “reprimarização da economia brasileira”, que prioriza as *commodities* agrícolas e metálicas, o *boom* do setor de mineração e das siderúrgicas poluidoras e perigosas. “Impõem-se o crescimento acelerado e o sofrimento difuso causados pelos grandes empreendimentos. TKCSA, Porto do Açu, Belo Monte, e o Complexo Porto Sul são exemplos disso”, aponta.



Pela vitória das forças da mudança

O mundo em mudanças e os desafios da busca por sustentabilidade, que estarão no foco da Rio+20, pautaram palestra proferida pelo sociólogo e cientista político Sérgio Abranches, na abertura da semana comemorativa do aniversário dos 57 anos da Ensp/Fiocruz, realizada em setembro. “As forças dominantes do modelo fóssil desigual ainda predominam sobre as forças da mudança”, alertou ele, logo no início de sua fala, tomando como base o acompanhamento que veio fazendo das conferências já realizadas sobre mudanças climáticas. Nesses encontros, avaliou Sérgio “se tecem dificuldades e se desfazem intenções, diante de obstáculos políticos e desequilíbrio de forças ali presentes”.

Ele afirmou, no entanto, que acredita que a humanidade não cria problemas que ela mesma não esteja pronta para resolver. Mesmo não tendo soluções prontas, dispõe de condições para a resolução desses problemas. “Já são sementes”, indicou. “Nosso trabalho é tornar estas sementes em árvores vitoriosas na floresta de interesses”.

Sérgio considera que já vivemos um processo de mudança, que tem dois pólos. De um lado, há o esgotamento da capacidade do planeta em sustentar a vida e a biosfera; ao mesmo tempo, já estão em curso mudanças científicas, tecnológicas, sociais e organizacionais que construirão as saídas que talvez permitam que nós tenhamos, ainda neste século, “uma sociedade mais sustentável, mais civilizada e com melhor capacidade de enfrentar as falhas que o século 20 nos legou”.

MUDANÇA DE PARADIGMA

Vários elementos do paradigma que ordenou e desordenou a vida do século 20, afirmou Sérgio, estão em esgotamento: a democracia representativa, a economia capitalista globalizada e o descolamento entre o lado financeiro da economia e o lado real, “que está levando o capitalismo a uma crise que ele não sabe resolver”. “A história do século 20 foi uma

história da relação entre pessoas e forças sociais”, analisou ele, observando que todos os eventos do período são sociais, políticos e econômicos: a Revolução Russa (1917), a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e a 2ª Guerra (1939-1945), até as transformações decorrentes do colapso do socialismo de Estado e a hegemonia do capitalismo globalizado financeiro.

No século 21, apontou, a história vai ser determinada por outro tipo de relacionamento: viveremos uma síntese contemporânea da contradição que havia na Idade Média, entre as forças humanas e as forças da natureza. “Foi a luta pelo controle das forças da natureza que levou à Revolução Industrial e às transformações que vimos no século 20”, assinalou, lembrando que novamente enfrentaremos essas forças.

‘COMPLEXO DE PROMETEU’

“Fracassamos na nossa onipotência de que seríamos capazes de subjugar as forças da natureza de forma perene”, disse. Mais que isso, salientou, os cientistas enfrentarão, nas próximas décadas, um desafio extraordinário, que será o retorno ao que classificou como *Complexo de Prometeu* – acreditar que é possível controlar todas as formas do fogo e colocá-las à disposição de uma visão de mundo – enfrentando-se as mudanças climáticas pela geoengenharia.

“A geoengenharia é um perigo”, alertou, já que não se sabe quem vai ter o controle deste conhecimento. Segundo ele, há um movimento dentro da comunidade de cientistas do clima para que este saber se torne um conhecimento compartilhado e submetido a uma governança. Ele criticou a frieza de físicos que propõem o uso da geoengenharia para diminuir em três graus centígrados a temperatura do planeta – sem mostrar preocupação com consequências, tais como o fim das monções na Índia e de boa parte da Amazônia.

Para Sérgio, são decisões graves. “Não existe vontade política para acabar com isso”, afirmou. E defendeu que a forma adequada para resolver o problema é ceder às pressões da sociedade. Neste ponto, manifestou preocupação em relação ao país, já que considera que a sociedade brasileira,



Sérgio: “As forças dominantes do modelo fóssil desigual ainda predominam”

FOTO: VIRGINIA DAMAS/CC/ENSP/FIOCRUZ

em muitos aspectos, é tolerante com o intolerável e com a baixa qualidade.

DO LOCAL PARA O GLOBAL

O momento, de qualquer forma, salientou, é de reestruturação socioeconômica – com a redução do poder dos Estados Unidos e a quebra da hegemonia econômica das nações desenvolvidas –, de reordenamento geopolítico, e de uma revolução tecnológica em curso. Enquanto a nanotecnologia muda paradigmas da medicina, as redes sociais revolucionam o jornalismo. “Por outro lado, a ciência social está, a cada dia, mais desafiada a encontrar novas ferramentas para estudar novos fenômenos”, afirmou.

Abranches apontou que as gerações 2.0 viverão uma nova ordem, mas lembrou que a construção de uma sociedade sustentável “jamais virá de cima para baixo”. Por isso mesmo, disse não acreditar em acordos globais que sejam seguidos por países, mas sim em movimentos locais de sustentabilidade que se transformem em padrões nacionais e, em seguida, adotados no âmbito global.

CONTRADIÇÕES

Ele indicou ainda algumas contradições com que teremos que conviver em relação às questões ambientais: usar ou não a energia nuclear para a geração de energia elétrica; como produzir comida, o uso de transgênicos



e de alimentos sintéticos; a necessidade de sustentabilidade e a certeza de que seremos 9 bilhões de pessoas em breve. “É rigorosamente impossível desenvolvermos uma economia de baixo carbono, sem que essa economia tenha uma lógica diferente da economia de mercado do século 20”, ressaltou, lembrando que esse modelo já se mostrou incapaz para resolver dois grandes problemas do século — a mudança climática e a pobreza.

Abranches acredita que o maior legado da Rio 92 foi sistematizar as mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, trazer a ciência para a pauta jornalística. Sobre a Rio+20, orientou que desenvolvimento sustentável não é desenvolvimento sustentado ou crescimento ininterrupto do PIB, mas sim “uma economia de baixo carbono, associada a uma *pegada* ambiental mínima”.

ECONOMIA VERDE

Ele apresentou um modelo que mostra que a busca pelo desenvolvimento sustentável não é feita de sacrifícios — “não é produzir recessões, nem reduzir a taxa de emprego, nem interferir de forma autoritária na economia”. É um outro ciclo de crescimento — com qualidade. A economia verde seria a substituição quase integral de toda a infraestrutura logística

e energética do mundo, o que também implica perdas, mas gera empregos de melhor qualidade.

“Estamos falando de uma economia que gera mais bem estar”, assinalou, lembrando que a ideia de eliminar a pobreza “não é expandir a economia velha”, que traz componentes de desigualdade e exclusão, incapazes de realizar tal feito — a não ser através do assistencialismo. Ele criticou o uso do PIB como medida, já que o indicador covalida as falhas do mercado, contabilizando ações negativas (como o incremento na venda de armas) como positivas.

REALIDADE BRASILEIRA

Abranches diagnosticou que o Brasil tem enfrentado muito mal os desafios do século 21. “Estamos atrasados”, disse, lembrando: é baixo o investimento em educação, ciência e tecnologia; a política energética brasileira é pouco sustentável e com horizonte de curto prazo; é preciso romper com a ideia de que se têm recursos inesgotáveis e valorizar o potencial eólico e solar para a geração de energia. O Brasil começou a se interessar por energia eólica, mas ainda despreza a energia solar, sob o argumento de que é cara, apontou. Além disso, o país desperdiça água,

não investe em saneamento e enfrenta problemas com a qualidade do ar.

EXPECTATIVAS

Embora considere que sua expectativa em relação à Rio +20 é a mesma que nutriu em relação à Conferência do Clima de Copenhague (COP 15), em 2010 (*Radis* 90) — de que nada mudaria, diante do alto nível de demandas —, Sérgio Abranches enxerga mudanças para 2012: “A Rio +20, além de ter um estoque grande de esperanças, pode acabar sendo também o estuário das desesperanças”.

Ele lembrou, no entanto, que o evento depende prioritariamente dos governos e, pela declaração conjunta dada por ministros de Meio Ambiente e Relações Exteriores dos países do Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China), não há fortes compromissos com as mudanças. Abranches teme que a agenda da conferência seja muito declaratória. Neste sentido, ele considera que a conferência pode ser salva pela comunidade científica e pela sociedade civil. Assim como a Rio 92 deixou de legado o movimento ambiental no Brasil e a visibilidade para suas questões, a Rio+20 pode acenar para a necessidade de uma pressão constante sobre os governos, para que tomem decisões que visem um movimento global.

Uma participação qualificada da sociedade civil

Com o objetivo de garantir a participação da sociedade na conferência, foi instituído em 2010 o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 (CFSC), por organizações, coletivos e redes que atuam nas áreas de direitos humanos, desenvolvimento, trabalho, meio ambiente e sustentabilidade, entre outras.

Entre as tarefas previstas pelo CFSC estão debates e ações de capacitação e mobilização (como a capacitação de jornalistas para a cobertura do evento, de que trata matéria na página 2), além da realização da Cúpula dos Povos pelo Desenvolvimento Sustentável — que ocorrerá no mesmo período da Rio+20.

Essas atividades têm como objetivo final incidir positivamente nos resultados esperados para a conferência e são coordenadas

por 22 redes de organizações da sociedade civil.

A partir de uma avaliação da agenda oficial da conferência, o comitê registrou, na ata de sua constituição, o compromisso de pressionar para que o evento não se limite a fazer uma revisão dos compromissos firmados na Rio 92 ou à dimensão ambiental da sustentabilidade.

As organizações defendem a ampliação do escopo desta revisão, incluindo temas como segurança alimentar, habitação e saneamento, direitos humanos, demografia, inclusão e desenvolvimento social e saúde, entre outros assuntos. Com isso, acenam para uma “nova vontade política” que “acelere a transição rumo a novas formas de organização da sociedade e da economia e do que se entende por desenvolvimento justo, solidário, incluyente e ambientalmente saudável”, diz o documento.

A orientação é que organizações e movimentos se qualifiquem para a disputa em torno das interpretações dadas ao conceito de economia verde — um dos eixos da agenda oficial — que confrontam visões sobre economia social e ambientalmente sustentável “até ações que mascaram a reprodução do sistema econômico vigente com ações superficiais na área de responsabilidade ambiental ou social”. O grupo critica ainda o “injusto sistema de financiamento multilateral do desenvolvimento”, caracterizado pelas organizações do sistema *Bretton Woods* (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional).

A iniciativa está aberta à participação de novos grupos, que podem se cadastrar no endereço eletrônico do Comitê (www.rio2012.org.br).



Uma luta que atravessa as décadas

A preocupação com os impactos do modelo de desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente e a saúde das populações não é recente e já chamou a atenção de pensadores do século 19 como Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), como aponta o sanitarista Ary Miranda, ex-vice-presidente de Serviços de Referência e Ambiente da Fiocruz. É a partir da segunda metade do século 20, no entanto, que o tema ganha ressonância na sociedade e passa a fazer parte da agenda dos Estados e dos movimentos sociais — resultado dos prejuízos ambientais causados pelo processo acelerado de desenvolvimento econômico.

“O processo de recuperação da Europa e do Japão, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) significou, por um lado, o que os economistas chamam de *os anos dourados do capitalismo* (entre 1946 e a década de 1970), mas trouxe consequências”, observa Ary. Ele exemplifica: entre as décadas de 1950 e 1970, a produção mundial das manufaturas quadruplicou e o comércio de produtos manufaturados aumentou dez vezes. Entre 1950 e 1980, a produção de grãos por hectare mais que duplicou na América do Norte, Europa Ocidental e Leste Asiático e as indústrias de pesca mundial triplicaram suas capturas.

Por outro lado, somente em 1940, 4 milhões de toneladas de fertilizantes químicos foram consumidos em todo o mundo; o consumo chegou a 40 milhões, em 1965, e a 150 milhões, em 1990. Em decorrência da poluição do ar, Londres enfrentou, em dezembro de 1952, um *smog* fotoquímico que causou a morte de 4 mil pessoas em apenas sete dias.

O DESPERTAR

Esses eventos, registrados cientificamente, despertaram o olhar para os problemas ambientais, de pesquisadores como a bióloga e escritora americana Rachel Carson (1907-1964), que em 1962 escreveu o livro *A primavera silenciosa*, denunciando os males do uso indiscriminado de agrotóxicos. A repercussão de seu trabalho originou, nos Estados Unidos, um movimento que culminou com a proibição do uso doméstico do inseticida DDT.

Ary chama a atenção também para o estudo *Limites do crescimento*, lançado em 1972 pelo Clube de Roma — grupo fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King — que reuniu pessoas ilustres para debater assuntos relacionados a política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento. “Talvez tenha sido a primeira tentativa de sistematização so-

bre sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável”, aponta.

O estudo indicava, na época, cinco tendências: o ritmo acelerado da urbanização, o rápido crescimento demográfico, a desnutrição generalizada, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis e a deterioração ambiental. E propunha um conjunto mínimo de exigências para se ter o “estado de equilíbrio global”, algo que mudasse a lógica de crescimento observada. O documento já trazia a contradição entre crescimento e exaustão dos recursos naturais — por sua utilização e por seu descarte — e os problemas decorrentes disso.

NA AGENDA

Mesmo que denúncias, estudos e movimentos não questionassem a essência do problema — a lógica de acumulação capitalista —, a “crise ecológica” se colocava na agenda, levando a ONU a convocar, em 1972, a Conferência de Estocolmo, da qual participaram 115 países. “A questão ainda era diminuta no movimento social”, diz Ary, e mais centrada nos países ricos. Mas o encontro gerou visibilidade para a agenda multilateral da questão ambiental. Além disso, foi no âmbito da conferência que se criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e se estimulou que os países criassem órgãos nacionais dedicados ao meio ambiente. No Brasil, por exemplo, criou-se a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), à época, ligada ao Ministério do Interior.

Acesso e integração ao dia a dia da cidade

O comitê organizador da Rio+20 negocia com o governo do Estado do Rio, prefeitura carioca e empresários do setor de transportes acesso facilitado aos locais da conferência. Isso significa criar linhas de ônibus especiais para esses pontos e aumentar a frota já existente na cidade. E, ainda, estimular a determinação de feriado escolar durante os dias do evento, de maneira a melhorar o fluxo do trânsito.

O objetivo é também manter a população informada e envolvida, de modo que os habitantes participem do evento e os visitantes possam se integrar ao cotidiano da cidade. “A ideia é que o Rio abraça a conferência e a conferência abraça o mundo”,

diz o secretário nacional do Comitê Nacional de Organização da Rio+20, ministro Laudemar Aguiar.

Ele explica que está em estudos o processo seletivo para distribuição dos espaços a partir das necessidades de cada um dos grupos da sociedade civil. “A distribuição será a mais participativa possível”, garante.

O evento é norteado ainda pela inclusão e acessibilidade. “A orientação é que todos os locais estejam acessíveis para pessoas com deficiência”, explica o ministro, antecipando que a organização pretende utilizar mão de obra de jovens de comunidades de baixa renda, favorecendo a produção posterior de um cadastro, que possa ser utilizado na produção de futuros eventos.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou destaque em 1987, com a publicação do relatório *Nosso futuro comum*, da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU em 1983. Também conhecido como *Relatório Brundtland* — em referência à então primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, coordenadora da comissão — o documento alerta para a distribuição de renda desigual entre países ricos e pobres e orienta que a desigualdade deve ser superada não somente em seus aspectos econômicos, mas também do ponto de vista social e de bens ambientais, superando problemas de saúde e educação, garantindo acesso à água, ar puro e alimentos e participação de-

mocrática dos povos, em especial nos países em desenvolvimento.

“O relatório avança, na medida em que trata da complexidade da questão da sustentabilidade, embora não questione aspectos essenciais do sistema”, analisa Ary, observando que o documento deixa de fora elementos centrais determinantes das contradições, como a dominação política, econômica e militar das grandes potências no mundo globalizado, assim como a exploração no interior de cada nação, pelo constructo lógico das sociedades de mercado. A omissão é substituída pela tentativa de pulverização das determinações, como mostra a página 50 do relatório: “Não é que de um lado existam vilões e de outro, vítimas. Todos estariam em melhor condição se cada um considerasse os efeitos de seus atos sobre os demais”.

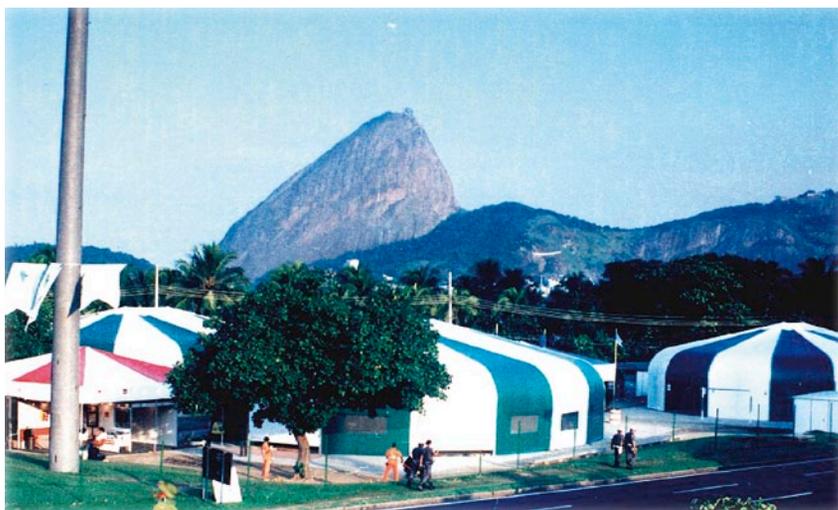
O momento era de desregulamentação do capital financeiro, imposta por Estados Unidos e Inglaterra, e novos eventos chamavam a atenção da sociedade para a questão ambiental: a Convenção de Viena para proteção da camada de ozônio (1985); o acidente com a usina nuclear de Chernobyl (1986); a assinatura do Protocolo de Montreal, sobre substâncias que destroem a camada de ozônio (1987); a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (1988) e a Convenção de Basileia, sobre controle do movimento entre fronteiras e depósito de resíduos perigosos (1989).

RIO 92

Nos anos 1990, vários grupos inseriram em suas agendas as questões da crise ecológica. Eram tempos de vigência do Consenso de Washington. Na América Latina, vários países viviam processos de redemocratização. Nesse contexto, é convocada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92). Maior evento da ONU até aquele momento, ela reuniu 172 países e trouxe ao Brasil 108 chefes de Estado ou de governo, 1.400 ONGs e 10 mil jornalistas.

Ary avalia que a Rio 92 reafirmou o conceito de desenvolvimento sustentável, iniciado pelo *Clube de Roma* e consolidado no *Relatório Brundtland* — ainda que com as limitações em relação à globalização e ao neoliberalismo —, mas conferiu maior visibilidade social à questão ambiental. Além disso, a conferência definiu a Agenda 21, com um capítulo dedicado à proteção e fomento da saúde humana.

Como desdobramento, três grandes acordos foram firmados: um sobre mudanças climáticas, outro sobre a diversidade biológica e um terceiro sobre a luta



Fórum Global, Aterro do Flamengo, na Rio 92: maior visibilidade social à questão ambiental

FOTO: ANTONIO SOLIER / CEA

contra a desertificação. Mesmo com a abrangência da Agenda 21, a Conferência de Joanesburgo, em 2002 — convocada para avaliar a Rio 92 — mostrou que a situação piorou, em relação a objetivos importantes então definidos. Segundo a avaliação formal do evento, a pobreza havia aumentado e a degradação do meio ambiente havia piorado. Diante dos fatos, o que se desejava naquele momento era que a conferência apontasse para resultados concretos.

Para os participantes, lembra Ary, a discussão filosófica já estava dada e era necessário estabelecer metas: erradicar a pobreza, enfrentar o problema do acesso à água e a desigualdade em relação ao saneamento, melhorar as condições de saúde e controlar o uso de substâncias químicas perigosas. E ainda: enfrentar a exaustão da pesca e defender a biodiversidade.

IMPACTOS DE UM MODELO

Para a Rio+20, Ary aponta questões que marcaram presença nos últimos dez anos. Em primeiro lugar, a reafirmação do sistema globalizado, segundo o qual aos países periféricos está reservada a produção de *commodities* de baixo valor agregado e enorme impacto ambiental, como alimentos e minérios. “Enquanto isso, países centrais produzem produtos de alta tecnologia, com alto valor agregado e menor impacto ambiental”, avalia.

No Brasil, isso se reflete na estrutura da agronegócio, baseado na prática da monocultura (com uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos), na especulação dos preços da terra, nos conflitos e assassinatos de líderes locais e deslocamento de comunidades tradicionais para construção de hidrelétricas. “Os impactos deste modelo vão além da questão ambiental”, diz.

Ary ainda chama atenção para a crise do capitalismo que traz impactos para a economia mundial; o empobrecimento dos países submetidos ao Consenso de Washington; a fragilização do mundo do trabalho, com desemprego estrutural e/ou subemprego atingindo 1 bilhão de trabalhadores e o aumento do número de pessoas com fome em todo mundo, que depois de 2008 chegou a 1 bilhão. “São dados da própria ONU”, relata, apontando que hoje há 1,1 bilhão de pessoas no planeta que não têm acesso adequado à água (consumo diário de 20 litros/dia) e, enquanto a expectativa de vida em alguns países africanos não chega a 50 anos, na União Europeia, está em torno de 80.

Ary ainda lembra que, ao mesmo tempo em que se fala em preservação ambiental, há três guerras (Iraque, Afeganistão e Líbia) desencadeadas pelos países centrais, capitaneadas pelos Estados Unidos. E lança a pergunta: “Este é o desenvolvimento sustentável destacado na Rio 92 e reafirmado pelas metas de Joanesburgo?”

Diante da crise atual do capitalismo e seus impactos, questiona: “É possível apostar na economia verde para a erradicação da miséria global, sem que esta economia signifique o enfrentamento estrutural do capitalismo?”

Ary ressalta que esta não é uma análise pessimista, e lembra que o processo está cheio de contradições, observando que as contradições trazem movimentos que reagem a elas. 

Veja no site do RADIS (www.ensp.fiocruz.br/radis) uma lista de links para acesso aos textos citados nesta matéria e para saber mais sobre a Rio+20.



ENTREVISTA

Deborah Carvalho Malta

'Enfrentamento das doenças crônicas é intersetorial'

Bruno Dominguez

A magnitude que vêm alcançando as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) nas últimas décadas levou a Assembleia Geral das Nações Unidas a eleger esse grupo de doenças como tema de sua Reunião de Alto Nível, realizada em setembro. Chefes de Estado e ministros da Saúde foram convocados para estabelecer formas de se prevenir e controlar sua expansão global. As DCNT — diabetes, câncer, doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas, entre outras — foram responsáveis por 63% das mortes no mundo em 2008, afetando especialmente países de baixa e média renda. No Brasil, a proporção foi de 72%, registrada em 2007. Os números são apresentados pela médica Deborah Malta, doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado de Campinas e coordenadora geral de Vigilância de Agravos e Doenças não Transmissíveis do Ministério da Saúde. Nesta entrevista à *Radis*, ela fala de transição epidemiológica, hábitos e qualidade de vida e do papel das políticas públicas. E ressalta o acordo global que saiu da reunião da ONU, definindo a necessidade de articulação intersetorial para enfrentamento das DCNT. O Brasil, diz, é exemplo nesse sentido, em especial, no combate ao tabagismo.

Por que as doenças crônicas não transmissíveis se tornaram um desafio global a ponto de serem debatidas na ONU?

As doenças crônicas foram eleitas para essa reunião em decorrência de sua magnitude. Hoje, no mundo, causam 63% das mortes; no Brasil, 72%. Já existe consenso global e uma série de evidências de que essas doenças afetam não só a saúde, mas também a economia dos países, até com redução do Produto Interno Bruto — estudos do Banco Mundial estimam um impacto de 1% a 2% do PIB. Elas dificultam ainda o cumprimento das Metas do Milênio: para se atingir a meta de redução da pobreza, por exemplo, é necessário atuar sobre as DCNT. Em fun-



FOTO: SÉRGIO EDUARDO DE OLIVEIRA

ção de tudo isso, a ONU convocou essa reunião estratégica, chamando não os ministros da Saúde apenas, mas também os chefes de Estado. Ou seja, a organização sinalizou que o diálogo em termos de políticas públicas para essas doenças não está apenas no âmbito da Saúde: implica uma dimensão intersetorial.

Que resultados a reunião pode trazer no enfrentamento dessas doenças?

A reunião marca, de alguma forma, um novo paradigma. Chamamos mais atenção para o problema e para a necessidade de seu enfrentamento. O debate foi extremamente positivo porque envolveu a alta direção dos países, deu visibilidade ao tema e terminou com um acordo global, em que estão definidas prioridades e está ressaltada a importância da articulação intersetorial nesse trabalho. No caso particular do Brasil, o fato de a presidenta Dilma Rousseff ter discursado na abertura da Assembleia, explicando o Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas brasileiro, garantiu repercussão internacional. A presidenta mostrou que o Brasil se preparou, chamou parceiros de diversos ministérios, definiu metas e programou uma série de ações. Dilma chamou atenção para a importância das ações de promoção da saúde, para o fato de estarmos priorizando a atividade física com a criação

do programa Academia da Saúde (*Radis* 109, Súmula da 111 e Toques, pág. 7), para o próprio Sistema Único de Saúde e para a agenda dos medicamentos. Esse era um debate subliminar, porque ainda não estão claras nesse acordo as questões da propriedade intelectual e do acesso universal aos medicamentos. A posição do Brasil foi fundamental para manter o debate e podermos avançar.

O Brasil passou a distribuir medicamentos para hipertensão e diabetes...

Sim, a presidenta Dilma fez menção aos programas *Aqui Tem Farmácia Popular* e *Saúde Não Tem Preço*, que fornecem gratuitamente medicamentos para hipertensão e diabetes em mais de 20 mil farmácias. Já temos como resultado um aumento expressivo no número de pacientes que acessaram essa rede nos últimos meses. Assim, ela mostrou ao mundo que é possível fazer diferente, foi uma voz muito forte do Brasil ao afirmar nossa prioridade na assistência farmacêutica e a necessidade de acesso gratuito universal aos medicamentos pelos pacientes que já têm alguma dessas doenças instalada. O Brasil apon- tou claramente para a importância da integridade da assistência às DCNT.

No Brasil, como se deu essa transição epidemiológica, de diminuição das

doenças infecciosas e crescimento das doenças crônicas?

Nossa transição epidemiológica vem ocorrendo nas últimas décadas, sem dúvida, fruto do avanço do próprio sistema de saúde brasileiro. As doenças infecciosas hoje contam com diversas tecnologias para o seu enfrentamento (como vacinas e antibióticos), houve expansão da atenção primária... Assim, registramos uma inversão: 45% das mortes no país eram causadas por doenças infecciosas na década de 1930, agora, são 5%; as doenças cardiovasculares eram responsáveis por 12% das mortes e, agora, por cerca de 30%, chegando a 72% quando somamos todas as DCNT. Por quê? Paralelamente, tivemos uma transição demográfica: a expectativa de vida do brasileiro vem aumentando, e esse grupo de doenças atinge mais pessoas em idade avançada. No mesmo período, houve uma transição nutricional, em decorrência da alimentação inadequada e sedentarismo, resultando em aumento expressivo de excesso de peso, fator de risco para DCNT. Juntas, essas transições levaram ao crescimento da carga das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil.

Havia uma visão de que as doenças crônicas atingiam mais os países ricos, mas, ao contrário, elas vêm afetando mais os de média e baixa renda. No Brasil, as DCNT também são mais prevalentes nas áreas mais pobres?

Quando analisamos os dados de mortalidade, especialmente ao corrigirmos as subnotificações, vemos que mesmo no Brasil há uma distribuição diferente. As regiões Norte e Nordeste, com maior desigualdade e concentração de pobreza, são as que têm as taxas mais elevadas de doenças crônicas. Aqui se repete o quadro global, em que as doenças crônicas são mais prevalentes em países de média e baixa renda.

No governo Lula, milhões de brasileiros saíram da miséria e milhões entraram para a classe média, que consome mais alimentos industrializados. Que impacto isso deve gerar?

Esse impacto ainda não está mensurado, mas o que observamos na última década é um incremento no excesso de peso. Na década de 1970, em torno de 28% da população brasileira tinham excesso de peso e 8%, obesidade; agora, 48% têm excesso de peso e 16%, obesidade. Dados do Vigitel [Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico] mostram que, entre 2006 e 2010, o excesso de peso vem crescendo um ponto percentual ao ano; a obesidade, meio ponto. A mudança coincide com o

aumento da disponibilidade de recursos, o que é muito natural: com mais dinheiro, se consome mais. À medida em que os brasileiros têm mais acesso a bens, se alimentam mais e muitas vezes fazem escolhas erradas: quantidade exagerada, alimentos gordurosos e embutidos, com tendência de substituir o arroz com feijão por alimentos industrializados. E isso é fator de risco para as doenças crônicas. A desnutrição não é mais problema de grande magnitude, é residual, infinitamente menor do que era 20 anos atrás.

Qual a importância de o Brasil ter um sistema como o Vigitel?

O Vigitel é a vigilância de fatores de risco de doenças crônicas não transmissíveis. Desde 2006, estamos realizando anualmente 54 mil entrevistas por telefone, 2 mil em cada uma das capitais. É um sistema que poucos países têm. A cada cinco anos, ainda realizamos coletas domiciliares de dados, em parceria com o IBGE — a última foi a Pnad 2008 e a próxima será a Pesquisa Nacional de Saúde, em 2013. Temos também dados do monitoramento de escolares, das portas de entrada de urgências, do Sistema de Informações sobre Mortalidade e de internação hospitalar. A peculiaridade do Vigitel é a rapidez com que coletamos, analisamos e publicamos os resultados. Ele dá a dimensão dos fatores de risco para as DCNT e proporcional o planejamento de políticas públicas e o estabelecimento de pacto com os gestores.

Que outras tendências o Vigitel vem apontando?

O tabagismo está em declínio, o que mostra que nossa política nessa área é acertada e que ainda podemos diminuir sua prevalência. Em 2006, era de 17%; estamos em 15%. Existem diferenças expressivas segundo a escolaridade: na população de baixa escolaridade a prevalência é de 18%, na de alta, é de 10%. Há também desigualdades em relação ao gênero: enquanto os fumantes do gênero masculino diminuem (de 18% para 15%), entre as mulheres, o tabagismo se mantém estável (em 12,5%). Esses dados acendem uma luz e nos dizem: temos que criar políticas específicas para a população de baixa escolaridade e para as mulheres nesse quesito. É um exemplo muito útil de como o Vigitel serve para embasar o planejamento das políticas. O uso abusivo de álcool cresce especialmente entre as mulheres. Os níveis de atividade física são baixos, em torno de 15%, com desigualdade grande em relação à escolaridade: em torno de 18% da população com alta escolaridade praticam atividade física com regularidade e menos de 10%

da com baixa escolaridade têm esse comportamento. Essa constatação foi muito importante para que ministério decidisse expandir o programa Academia da Saúde (*Radis* 109).

Como dar respostas coletivas às doenças crônicas e ao mesmo tempo não cair na perspectiva normatizadora do risco, em que se impõe um estilo de vida?

Essa discussão é muito interessante. Quando tratamos da promoção da saúde, ouvimos que isso diz respeito a estilo de vida e não tem a ver com política pública. Nós respondemos que tem tudo a ver com política pública. Por exemplo: se temos hoje 10% da população com baixa escolaridade fisicamente ativa e 20% da com alta escolaridade fisicamente ativa, precisamos observar o motivo dessa diferença — acesso a espaços, administração do tempo. Concluímos que investir em espaços que promovam a atividade física é essencial na promoção da equidade em saúde. No tabaco, temos o dever, como planejadores, de adequar nossa legislação — e esse é um exemplo do Brasil para o mundo. Tínhamos prevalência de tabagismo de 34,8% em 1989; hoje é de 15%. O que mudou? O Brasil implementou uma série de medidas legislativas nessa área: proibiu propaganda, colocou advertências nos maços, proibiu o fumo em espaços coletivos e agora estamos buscando ampliar a taxa dos cigarros, estabelecer um preço mínimo, proibir a inclusão de aditivos e banir os fumódromos. Essas e outras medidas coletivas e de saúde pública contribuem, apoiando os indivíduos na adoção de hábitos saudáveis.

E a alimentação?

Na alimentação, as escolhas são individuais, mas é dever da saúde pública mostrar qual o impacto da alimentação inadequada, recomendar escolhas saudáveis e criar medidas de proteção. No Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas, há mecanismos para aumentar a produção de frutas, legumes e hortaliças, reduzindo seu custo. Também se estabelece que, na merenda escolar, 30% dos alimentos têm de ser frescos. O ministro Alexandre Padilha anunciou em 7 de abril um acordo da maior importância com a indústria de alimentos, para a redução gradual da quantidade de sal em 16 categorias (massas instantâneas e pães, entre elas). Em breve será divulgada nova lista. Até 2012, pretendemos alcançar todos os grupos de alimentos, para diminuir a quantidade de sal consumida de 12 para cinco gramas. Essa é outra medida de proteção coletiva, de saúde pública, de promoção da saúde, que influencia a qualidade de vida. 

SERVIÇO

EVENTO

10º CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE UNIDA

Organizado pela Rede Unida, o evento traz como tema central *Educação, Saúde e Participação: ousadia de construir redes produtoras de vida no cotidiano*. No âmbito deste congresso, serão realizados o 1º Congresso de Saúde Coletiva do Estado do Rio de Janeiro, sob o tema *O campo da Saúde Coletiva no Estado do Rio de Janeiro e sua contribuição ao Sistema Único de Saúde: diálogos e compromissos em defesa do SUS*, o 2º Fórum Latino-Americano de Gestores e Trabalhadores de Atenção Básica/Primária em Saúde, o 2º Fórum Latino-Americano de Participação Social em Saúde, Políticas Públicas e Educação Cidadã, o 3º Fórum Latino-Americano de Educação na Saúde e o 1º Fórum Latino-Americano de Agentes Comunitários de Saúde. O evento espera receber resumos de trabalhos científicos de múltiplas origens. As inscrições de trabalhos podem ser feitas na página do congresso até 15 de dezembro.



Data 6 a 9 de maio de 2012
Local Rio de Janeiro, RJ
Mais informações
Tel. 51 3391 1252
Site conferencias.redeunida.org.br
Email comunicaredeunida@gmail.com
e redeunida10@gmail.com

13º CONGRESSO MUNDIAL DE SAÚDE PÚBLICA

Promovido pela Associação de Saúde Pública da Etiópia e pela Federação Mundial de Associações de Saúde Pública, traz como tema central o *Rumo à equidade na saúde global: oportunidades e ameaças*,

levando-se em conta o maior acesso equitativo e sustentável aos serviços de saúde das populações pobres e marginalizadas. O congresso pretende ser um fórum internacional para o intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre as principais questões de saúde pública, contribuir para a proteção e a promoção da saúde pública a nível global, continental e nacional, criar uma melhor compreensão dos principais desafios da saúde pública da África na comunidade global e facilitar e apoiar a formação da Federação Africana das Associações de Saúde Pública (AFPHA).

Data 23 a 27 de abril de 2012
Local Addis Ababa, Etiópia
Mais informações
Site www.etpha.org/2012
Email vina.hulamm@apha.org

INTERNET

ATENÇÃO EM REDE

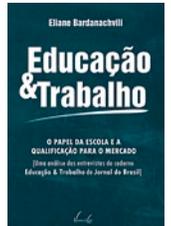
Redes de Atenção à Saúde (2ª edição, 2011), de Eugênio Vilaça Mendes, apresenta em cinco capítulos questões centrais que se articulam em torno da proposta das RASs. O primeiro capítulo trata dos sistemas de atenção à saúde como respostas sociais; o segundo detalha a proposta das RASs e faz uma revisão bibliográfica sobre as redes em diferentes áreas geográficas no mundo; no terceiro, são enfocados os modelos de atenção à saúde como constitutivos das redes, aprofundando a discussão sobre os modelos de atenção às condições crônicas e agudas; o capítulo quatro trata do espaço da clínica e propõe mudanças na atenção à saúde em uma nova clínica compatível com o manejo das condições crônicas; e o quinto e último apresenta relato do Programa Mãe Curitibana, experiência bem sucedida de rede de atenção à saúde no SUS. O livro está disponível para download no site do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa): www.idisa.org.br/site/pasta_309_0_espaco-do-gestor.html



PUBLICAÇÕES

ESCOLA, LIMITES E POSSIBILIDADES

Educação e Trabalho – O papel da escola e a qualificação para o mercado (Vieira & Lent), de Eliane Bardanachvili, toma como ponto de partida as 104 entrevistas publicadas no caderno *Educação & Trabalho*, que circulou aos domingos no *Jornal do Brasil*, de 1999 a 2001. O livro traz à tona questões envolvendo o papel da escola, seus limites e possibilidades frente às mudanças enfrentadas, em todas as esferas da sociedade, em importante período de transição, ao mesmo tempo em que discute a mediação do jornal na circulação da informação. A autora, que foi uma das editoras do caderno do JB, mescla olhar jornalístico e indagações acadêmicas, levando em conta o papel da mídia, para abordar a realidade que ainda hoje nos desafia.



SAÚDE DO SER HUMANO E DO PLANETA

Um equilíbrio delicado – Crise ambiental e a saúde do planeta (Garamond), de Carlos Machado de Freitas, trata dos desafios que enfrentamos na atualidade: mudanças recentes trouxeram melhorias nas condições de vida da população, mas essas mesmas mudanças comprometem o ambiente, a saúde e o bem estar. O livro leva em conta que o ser humano depende ao mesmo tempo dos ecossistemas locais e do ambiente global para se manter saudável. 



ENDEREÇOS

Vieira & Lent Casa Editorial
Tel. 21 2262 8314
editora@vieiralent.com.br
www.vieiralent.com.br

Editores Garamond
Tel. 21 2504 9211 e 2504 9070
Email editora@garamond.com.br
Site www.garamond.com.br

A ilusão de uma economia verde

Leonardo Boff *

Tudo o que fizermos para proteger o planeta vivo que é a Terra contra fatores que a tiraram de seu equilíbrio e provocaram, em consequência, o aquecimento global é válido e deve ser apoiado. Na verdade, a expressão *aquecimento global* esconde fenômenos como: secas prolongadas que dizimam safras de grãos, grandes inundações e vendavais, falta de água, erosão dos solos, fome, degradação daqueles 15 entre os 24 serviços, elencados pela Avaliação Ecológica da Terra (ONU), responsáveis pela sustentabilidade do planeta (água, energia, solos, sementes, fibras etc).

A questão central nem é salvar a Terra. Ela se salva a si mesma e, se for preciso, nos expulsando de seu seio. Mas como nos salvamos a nós mesmos e a nossa civilização? Esta é real questão a que a maioria dá de ombros, especialmente os que tratam da macroeconomia.

A produção de baixo carbono, os produtos orgânicos, energia solar e eólica, a diminuição, o mais possível, de intervenção nos ritmos da natureza, a busca da reposição dos bens utilizados, a reciclagem, tudo que vem sob o nome de economia verde são os processos mais buscados e difundidos. E é recomendável que esse modo de produzir se imponha.

Mesmo assim não devemos nos iludir e perder o sentido crítico. Falar-se de economia verde para evitar a questão da sustentabilidade que se encontra em oposição ao atual modo de produção e consumo. Mas, no fundo, trata-se de medidas dentro do mesmo paradigma de dominação da natureza. Não existe o verde e o não verde. Todos os produtos contêm nas várias fases de sua produção elementos tóxicos, danosos à saúde da Terra e da sociedade. Hoje pelo método da Análise do Ciclo de Vida

podemos exibir e monitorar as complexas inter-relações entre as várias etapas, da extração, do transporte, da produção, do uso e do descarte de cada produto e seus impactos ambientais. Aí fica claro que o pretendido verde não é tão verde assim. O verde representa apenas uma etapa de todo um processo. A produção nunca é de todo ecoamigável.

Tomemos como exemplo o etanol, dado como energia limpa e alternativa à energia fóssil e suja do petróleo. Ele é limpo somente na boca da bomba de abastecimento. Todo o processo de sua produção é altamente poluidor: os agrotóxicos aplicados ao solo, as queimadas, o transporte com grandes caminhões que emitem gases, as emissões das fábricas, os efluentes líquidos e o bagaço. Os pesticidas eliminam bactérias e expulsam as minhocas que são fundamentais para a regeneração dos solos; elas só voltam depois de cinco anos.

Para garantirmos uma produção, necessária à vida, que não estresse e degrade a natureza, precisamos mais do que a busca do verde. A crise é conceptual e não econômica. A relação para com a Terra tem que mudar. Somos parte de Gaia e por nossa atuação cuidadosa a tornamos mais consciente e com mais chance de assegurar sua vitalidade.

Para nos salvar não vejo outro caminho senão aquele apontado pela Carta da Terra: "o destino comum nos conclama a buscar um novo começo; isto requer uma mudança na mente e no coração; demanda um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal" (final).

Mudança de mente significa um novo conceito de Terra como Gaia. Ela não nos pertence, mas ao conjunto dos ecossistemas que servem



D.M.

à totalidade da vida, regulando sua base biofísica e os climas. Ela criou toda a comunidade de vida e não apenas nós. Nós somos sua porção consciente e responsável. O trabalho mais pesado é feito pelos nossos parceiros invisíveis, verdadeiro proletariado natural, os microorganismos, as bactérias e fungos que são bilhões em cada colherada de chão. São eles que sustentam efetivamente a vida já há 3,8 bilhões de anos. Nossa relação para com a Terra deve ser como aquela com nossas mães: de respeito e gratidão. Devemos devolver, agradecidos, o que ela nos dá e manter sua capacidade vital.

Mudança de coração significa que, além da razão instrumental com a qual organizamos a produção, precisamos da razão cordial e sensível que se expressa pelo amor à Terra e pelo respeito a cada ser da criação porque é nosso companheiro na comunidade de vida e pelo sentimento de reciprocidade, de interdependência e de cuidado, pois essa é nossa missão.

Sem essa conversão não sairemos da miopia de uma economia verde. Só novas mentes e novos corações gestarão outro futuro. 

* Leonardo Boff é teólogo. Artigo publicado no blog do autor (<http://leonardoboff.wordpress.com>), em 16/10/2011.

Acesse o novo site do RADIS



www.ensp.fiocruz.br/radis

Conteúdo de qualidade em comunicação e saúde

RADIS
comunicação em saúde


ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SÉRGIO AROUCA
ENSP


FIOCRUZ